



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA**

**ENTREGADORES DE APLICATIVOS: A RUA COMO ESPAÇO DE TRABALHO E  
TRÂNSITO DE TRABALHADORES**

**FORTALEZA**

**2024**

**LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA**

**ENTREGADORES DE APLICATIVOS: A RUA COMO ESPAÇO DE TRABALHO E  
TRÂNSITO DE TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

**FORTALEZA**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S581e Silva, Luís Henrique Alencar.  
Entregadores de aplicativos : a rua como espaço de trabalho e trânsito de trabalhadores / Luís Henrique Alencar Silva. – 2024.  
100 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

1. Trabalho. 2. Globalização. 3. Uberização. 4. Neoliberalismo. 5. Circuitos da economia . I. Título.

CDD 150

---

LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA

ENTREGADORES DE APLICATIVOS: A RUA COMO ESPAÇO DE TRABALHO E  
TRÂNSITO DE TRABALHADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia da Universidade Federal  
do Ceará, como requisito parcial à obtenção do  
Título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Mariana Aguiar Alcântara de Brito  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

---

Prof. Dr. Dímitre Sampaio Moita  
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

## **Agradecimentos**

Exclamo, o meu agradecimento ao universo, de onde, a partir da minha fé, recebi força e coragem nos momentos de desânimo, pois eles existiram. Aos meus guias e mentores espirituais, todo o meu respeito e a minha gratidão.

À minha família, principalmente aos meus pais, Luiz e Djanira, que apesar das inúmeras dificuldades que tiveram, sempre me incentivaram e fizeram o melhor por mim e pela minha educação. Deram-me o seu melhor e me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos. Da mesma forma, agradeço ao meu irmão, Anderson Alencar, meu maior parceiro, pela companhia, pela torcida, pelo apoio dado ao longo desta caminhada que me propus fazer.

À Socorro Gomes e Jaqueline Rodrigues suas palavras de incentivo e apoio me deram forças nos momentos mais desafiadores, sendo fundamental para mim durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cássio Aquino. Obrigado pela confiança no meu trabalho, por me ensinar, pela orientação, pela paciência e compreensão. Por fazer da reflexão crítica da Psicologia do Trabalho o norte de suas aulas e pesquisas, sempre gentil e com humor refinado.

Ao Prof. Dr. Ítalo Lima por ter sido o primeiro a me incentivar e a acreditar na minha pesquisa durante todo o processo de seleção para o mestrado. Desde a graduação em psicologia, sua prática docente sempre foi inspiração para mim.

Aos professores membros da banca examinadora, Profa. Dra. Mariana Brito e Prof. Dr. Dímitre Moita pelo interesse, disponibilidade, gentileza e pelas valorosas contribuições aqui incorporadas.

À Maria Aline, Mariana Boer, Paula Beatriz e Jodie Elly pelo estímulo, pelas risadas, pelas conversas e por sempre acreditar que seria possível. Agradeço o incentivo dado de

forma única por cada uma. E por todas as vezes que achei que não daria conta, vocês me lembraram para eu nunca desistir.

Aos amigos: Donato Junior, Diego Santos e Mateus Morais por todas as vezes em que saímos, pelas conversas, pelas memórias desde a época do colégio. E, principalmente, pela amizade. Que possamos celebrar juntos não apenas essa conquista, mas muitas outras que o futuro nos reserva. Vamos juntos, rapaziada!

À Thays Cruz e Vinicius Olinda pelo carinho, pelos encontros, pelos rolês pelo Crato, pelas viagens, pelas risadas e por ser quem sou junto a vocês!

À Victoria Vasconcelos, pela disponibilidade e sensibilidade, pelos momentos compartilhados de angústia, felicidade, medos e sonhos antes mesmo do ingresso no mestrado. Sou grato por cada palavra, incentivo e colaboração sua para realização desta pesquisa.

Àqueles que torceram por mim, estiveram comigo nas viagens para Fortaleza ou no retorno para o Cariri cearense, jamais poderia esquecer das trocas, do afeto e por mais que trilhemos caminhos diferentes, muito obrigado!

À Universidade Federal do Ceará e os docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP/UFC). Seus ensinamentos foram muitos e certamente contribuíram positivamente para a minha formação.

Aos trabalhadores de aplicativos que gentilmente cederam um pouco do seu tempo para contribuir no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP agradeço o apoio financeiro por meio de bolsa de pesquisa concedida durante o período do mestrado que possibilitou a minha permanência no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC e a construção deste trabalho.

[...] o trabalho que deixou de ser o que havia sido,  
e nós que só podemos ser o que fomos,  
de repente percebemos que  
já não somos mais necessários no mundo...

(Saramago, p. 106, 2000)

## Resumo

No horizonte dos espaços globalizados, as empresas-aplicativo surgem como as novas hegemonias face às transformações contemporâneas no mundo do trabalho, sobretudo, diante das dramáticas reformas neoliberais intensificadas no Brasil. O presente estudo tem por finalidade analisar as relações entre os trabalhadores/as de aplicativos e a apropriação socioespacial da rua enquanto local de trabalho, com o intuito de apontar as características que determinam as vulnerabilidades do trabalho nesses espaços e a sua conexão com as plataformas digitais, buscando identificar a reconfiguração espaço-temporal provocada pelos aplicativos de entrega. Lançamos mão da teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos para discutirmos essa problemática, com especial atenção sobre os elementos que constituem a psicosfera atual e sua importância na dispersão de comportamentos e intencionalidades. Para tanto, será utilizada uma abordagem de pesquisa biográfica, o método da história de vida, através da realização de entrevistas de trajetória socioprofissional com sujeitos que serão selecionados por suas experiências referentes ao trabalho de entrega por aplicativos. Os dados construídos foram interpretados com base na análise de conteúdo temático-categorial, inspirado nas proposições da Psicologia Social do Trabalho (PST), buscando analisar, a partir dos relatos das histórias de vida laboral dos entrevistados, a manifestação de processos ideológicos e organizativos que remetam às transformações do mundo do trabalho e a exploração realizada pelas empresas e seus desdobramentos na dinâmica de trabalhadores vinculados às plataformas digitais. O estudo possibilitou alcançar um maior aprofundamento nas questões que perpassam as mutações da dimensão laboral, além das consequências para os trabalhadores com o processo de uberização do trabalho, globalização e as políticas neoliberais. Dentre os resultados, a configuração espacial da ocupação do entregador/a de aplicativos beneficia grandes corporações do circuito superior, a

rua como um lugar transitório e a exposição ao trânsito como a falta de uma referência socioespacial de trabalho.

*Palavras-chave:* trabalho, globalização, uberização, neoliberalismo, circuitos da economia

## **Abstract**

On the horizon of globalized spaces, app-companies emerge as new hegemonies in the face of contemporary transformations in the world of work, especially in the face of neoliberal dramatic reforms intensified in Brazil. The purpose of this study is to analyze the relationships between app workers and the socio-spatial appropriation of the street as a workplace in order to point out the characteristics that determine the vulnerabilities of work in these spaces and their connection with digital platforms, seeking to identify the spatio-temporal reconfiguration caused by delivery apps. We use Milton Santos' theory of the urban economy two circuits to discuss this issue, with special attention to the elements that constitute the current psychosphere and their importance in the dispersion of behaviors and intentions. To this end, a biographical research approach will be used, the life story method, through socio-professional interviews with subjects who will be selected based on their experiences relating to app delivery work. The constructed data were interpreted based on thematic-categorical content analysis, inspired by the propositions of the Social Psychology of Work (SPW), seeking to analyze, based on the reports of the interviewees' working life histories, the manifestation of ideological and organizational processes that refer to the transformations in the world of work and the exploitation carried out by companies and their consequences in the dynamics of workers linked to digital platforms. The study made it possible to achieve greater depth in the issues that permeate the changes in the labor dimension, in addition to the consequences for workers with the process of uberization of work, globalization and neoliberal policies. Among the results, the spatial configuration of the app delivery worker's occupation benefits large corporations in the upper circuit, the street as a transitory place and exposure to traffic as the lack of a socio-spatial reference for work.

*Keywords:* work, globalization, uberization, neoliberalism, economic circuits.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EAR	Exerce Atividade Remunerada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PIB	Produto Interno Bruto
PSL	Partido Social Liberal
PST	Psicologia Social do Trabalho
STF	Superior Tribunal Federal
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação

## Sumário

Introdução .....	13
O espaço globalizado.....	22
Tecnoesfera, psicoesfera e os dois circuitos da economia urbana .....	33
Sobre uberização, neoliberalismo e relações de trabalho .....	42
A rua: espacialidade, trabalho e poder .....	53
Percurso Metodológico.....	60
Abordagem metodológica adotada .....	60
Os participantes .....	64
O trabalho como ele é: trabalhadores uberizados em ação.....	68
Considerações Finais .....	81
Referências .....	84
Apêndices .....	93
Apêndice A: Eixos guia para entrevista.....	93
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	94
Apêndice C: Parecer Consubstanciado do CEP .....	97

## Introdução

O desenvolvimento dessa pesquisa partiu do interesse em compreender em ato as novas formas de organização, controle e gerenciamento do trabalho que está diretamente relacionado ao trabalho regulado pelas plataformas digitais. Nos últimos anos, testemunhamos uma rápida e abrangente transformação nos processos de trabalho impulsionada pelas tecnologias digitais. Nesse contexto, surge a necessidade premente de compreender e analisar as implicações dessas novas formas de tecnologia na dinâmica do local de trabalho. Ademais, a aprovação da Lei nº. 13.467, disfarçada de uma tentativa de modernização das relações de trabalho no Brasil, favorece os interesses dos empregadores em detrimento dos direitos e garantias dos trabalhadores.

A aproximação com a proposta de estudos se deu ao longo do Curso de Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Unileão), quando na oportunidade de pesquisar, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as relações entre empreendedorismo e precarização do trabalho. O fenômeno da uberização surge como enfrentamento da crise estrutural do emprego, apoiada pelo discurso do empreendedorismo como fórmula mágica para uma multidão de trabalhadores/as. Esta pesquisa se situa como um estudo em Psicologia Social do Trabalho (PST), a partir do compromisso ético-político do pesquisador com o público-alvo desta pesquisa.

Através de análises da reestruturação do capitalismo global, percebe-se uma nova morfologia do trabalho: o proletariado submetido à hegemonia das tecnologias digitais, principalmente, na área de serviços, onde a figura do trabalhador uberizado é central. Essa série de degradações das relações de trabalho, antecipada pela diversidade de modos de precarizações, como a terceirização; a desregulamentação das relações de trabalho, sob o discurso falacioso do empreendedorismo; no assédio crescente; no adoecimento; e na

ausência de proteção sindical, para citar alguns aspectos representativos do fenômeno, ditam cada vez mais as novas formas de trabalho/emprego no Brasil contemporâneo.

A precarização do trabalho se configura, inicialmente, como um movimento de desconstrução da relação salarial que fora criada no período capitalista pós-guerra. Portanto, a precarização tem um papel objetivo na perda da razão social do trabalho em virtude das mudanças do modelo salarial que acarretam a perda ou deterioração de direitos trabalhistas. A precarização do trabalho pode assim ser entendida como uma afronta aos mecanismos que regulam a exploração da força de trabalho enquanto mercadoria. Com o novo capitalismo flexível, surgem novos modelos de contratação salarial, desregulamentação da jornada de trabalho e o começo de novas formas de remuneração flexível, consideradas formas de precarização da força de trabalho (Alves, 2011).

Nos últimos anos, surgiram expressões que adjetivam o capitalismo, como sendo de plataforma, informacional, de vigilância, de dados, digital ou algorítmico. No entanto, a questão terminológica é o menor dos problemas visto o fenômeno a ser compreendido e enfrentando. Na perspectiva de Grohmann (2020a), a expressão “plataformização do trabalho” melhor descreveria o cenário atual do trabalho digital. Para ele, uberização tem sido utilizada enquanto metáfora e não compreende a pluralidade de atividades de trabalho mediadas por plataformas além da própria Uber. Ao definir os tipos de plataformas do trabalho, o autor inclui o iFood, Rappi, Uber, Deliveroo entre as que demandam dos/as trabalhadores/as uma localização específica ainda que coordenados de forma global. Neste trabalho, adotaremos a nomenclatura “uberização do trabalho”, que, para nós, significa tomar justamente a metáfora utilizada pela empresa como molde para outros aplicativos do setor. Entendemos, porém, que o termo “plataformização” compreende de forma mais abrangente os processos de trabalho nas plataformas, incluindo as definições discutidas em nosso dissertar. Focamos no trabalho prestado nos aplicativos do iFood e da Uber, por serem,

respectivamente, as empresas com mais popularidade nos setores de entregas e transporte de pessoas.

A empresa Uber surge como um serviço de carro de luxo, com o seguinte slogan: “o motorista privado de todo mundo” (Slee, 2017). Os consumidores solicitavam um veículo pelo aplicativo e motoristas de empresas de limusines atendiam ao chamado, os serviços eram pagos pelos usuários através de cartão de crédito. Com o crescimento da empresa, a Uber passou a aceitar motoristas não licenciados com seus próprios carros, dando início à exploração de seus serviços de motorista, entrega e logística. Com a expansão, sucessivos aportes financeiros de fundos de capital de risco foram feitos, tornando-a a empresa mais valiosa do setor.

A uberização é o processo no qual o trabalhador informal não possui direitos, garantias e proteções relacionadas ao trabalho, além de assumir riscos e custos de sua própria atividade. O trabalhador uberizado permanece disponível ao trabalho, entretanto, só é utilizado conforme a demanda, ratificando sua condição de trabalhador *just-in-time* (Abílio, 2017; 2020a). Sendo assim, o trabalhador não conta com garantias nem medidas estáveis no que concerne a remuneração pela duração da jornada laboral, além da transferência de parte do gerenciamento do trabalho. A uberização atinge o nível atual após décadas sendo forjada na possibilidade técnico-política da dispersão do trabalho e centralização do controle (Harvey, 2008), resultando, em reconfigurações no papel do Estado na relação entre capital e trabalho, liberalização de fluxos financeiros, concentração de renda e de processos de oligopolização atrelados à inovação tecnológica (Abílio, 2020a).

Para Abílio (2020b), a uberização como novo tipo de controle acontece através de novos processos de informalização, não se restringindo apenas à composição dos volumosos exércitos de trabalhadores informais controlados por poucas empresas. Ainda segundo a autora, o controle e o gerenciamento do trabalho se relacionam a um processo de

informalização, superando a dicotomia trabalho formal e informal, com a perda de formas estáveis, reguladas e socialmente acordadas de remuneração, tempo e local de trabalho.

A uberização do trabalho não começa na empresa Uber, sequer se limita às plataformas digitais ou ao trabalho digital. Todavia, o fenômeno causado pela operação dessa empresa destacou elementos centrais da uberização. Na concepção aqui apresentada, o termo uberização consiste na figura do trabalhador sob demanda, pelo gerenciamento por algoritmos e autogerenciamento subordinado. Não por outra razão que a expansão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) ampliou os processos de precarização da força de trabalho em dimensão global, proporcionando a universalização do termo uberização do trabalho. Dessa forma, uma variedade de modalidades de trabalho está proliferando em plataformas e aplicativos digitais, como podemos ver na Amazon (e Amazon Mechanical Turk) bem como nos aplicativos de transporte privado e delivery da Uber (e Uber Motos), Cabify, 99, iFood, Rappi etc., criando um novo “proletariado de serviços” que sofre das vicissitudes da escravidão digital (Antunes, 2018).

A premissa do trabalhador uberizado é de um trabalho sob demanda, a remuneração é feita especificamente pelo tempo em que produz, assumindo todos os ônus da jornada laboral, sendo utilizado e regido conforme a demanda. Está constantemente disponível para o trabalho, mas parte de sua jornada não é reconhecida enquanto tempo de trabalho. Dessa forma, a informalização vincula-se à falta de determinações sobre a jornada de trabalho e força de trabalho, resumindo o trabalhador a força de trabalho disponível, utilizada conforme necessário e remunerada tão somente no tempo efetivo de produção (Abílio, 2020b).

Durante a campanha presidencial de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva propôs a regulamentação das relações de trabalho realizadas por plataformas digitais. Essa proposta foi apresentada como o item 13 do programa governamental submetido à Justiça Eleitoral. Conforme o documento, a proposta consistia em promover uma nova legislação que

oferecesse ampla proteção social para todas as formas de ocupação, emprego e relação de trabalho, por meio de negociações e um debate abrangente. Entretanto, a situação jurídica no Brasil de trabalhadores/as que exercem suas atividades para empresas com utilização de plataformas digitais de trabalho é controversa. Não há nenhuma regulação expressa, e os/as trabalhadores/as são considerados autônomos pelas empresas. Portanto, a única maneira de garantir direitos trabalhistas é através de ajuizamento de ações judiciais perante a Justiça do Trabalho (Fairwork, 2023).

Para a PST, o trabalho se configura como categoria central na configuração social. Sendo assim, só é possível estudar os processos psicológicos dos/as trabalhadores/as, a intersubjetividade e as relações sociais decorrentes situando as dimensões micro e macrosocial. Portanto, o trabalho é entendido em sua materialidade e sua historicidade, o que necessariamente requer o desvelamento das relações de poder que atuam na divisão social do trabalho tal como das especificidades do capitalismo contemporâneo (Sato et al., 2017). Sato (2010) descreve essa vertente da psicologia como aquela que:

[...] toma o mundo do trabalho como foco de estudos e problematização não tendo como preocupação inicial construir e delimitar um espaço de aplicação. Informada pela Psicologia Social, aqui importam os problemas sociais e humanos no trabalho, presentes nos espaços organizacionais e fora dele. Interessa compreender fenômenos como: identidade, processos de interação social, processos de percepção e da cognição social e a subjetividade. Tais fenômenos são estudados entre trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos populares, focalizando os momentos da produção e da reprodução (Sato, 2010, p. 43).

Portanto, a PST direciona seu foco nos fenômenos e problemas do trabalho e conta com elementos que a singularizam, arraigados em sua história, nos seus princípios, seus objetivos, na sua ética não liberal (Sato et al., 2017). Vale salientar que a nomenclatura

“Psicologia Social Crítica do Trabalho” é também utilizada e aceita, mas nesta dissertação se optou por manter o título de Psicologia Social do Trabalho, ciente da diversidade de perspectivas epistemológicas e políticas deste ramo da psicologia. O objetivo é evidenciar esse campo da psicologia no não-individualismo, também é um desejo o retorno à psicologia crítica que não se filia às demandas gerenciais (Bernardo et al., 2017).

Pensar a atuação com base na compreensão na PST é imprescindível para que o psicólogo perceba fatores mais amplos no contexto em que está inserido. Quando este profissional passa a contemplar os eventos sociais por uma ótica crítica e histórica, torna-se possível redimensionar a estrutura laboral e, assim, transformar a sua práxis através de suas ações.

O psicólogo deve se perguntar constantemente: sob que condições estou realizando meu trabalho? Quais são as orientações que me inspiram? Para quem e para que serve minha atividade? Quais são as características do contexto em que estou atuando? Tais questões permitem uma diretriz nas posições e pensamentos para (re)definições na atividade profissional (Bernardo et al., 2015).

É imprescindível lembrar que o interesse e a preocupação da realidade da América Latina e das formas de se trabalhar estão presentes na tradição da psicologia social latino-americana. Conforme Spink (1996, p. 177), houve uma “saudável sociologização da psicologia social e uma rejeição de muito de seu conteúdo tradicional”. Muitos autores desenvolveram uma psicologia ancorada nessas características, entre eles, se destaca Ignacio Martín-Baró, com seu projeto ético-político de uma Psicologia da Libertação. Em um texto sobre a análise da conjectura do trabalho latino-americano (Martín-Baró, 2014), o autor preconiza a superação dos enfoques tradicionais por um político capaz de compreender um amplo setor da população discriminada, marginalizada e explorada.

Em seu livro, “*Psicología de la Liberación*”, Martín-Baró (1998) faz o seguinte questionamento: “O que está fazendo, o que fez o psicólogo diante do problema do desemprego em massa das maiorias latino-americanas?” (Martín-Baró, 1998, p. 307). O autor discorre sobre a vasta bibliografia da Psicologia do Trabalho, entretanto, não se fala em Psicologia do Desempregado. Os estudantes de psicologia, durante muito tempo, foram capacitados em orientação vocacional, em seleção e treinamento de pessoas, em métodos que estimulam a motivação e eficiência no trabalho, na busca de alcançar maior satisfação no trabalho. Entretanto, não há o mesmo empenho em buscar enfrentar o problema daqueles que, por meio de um sistema socioeconômico, foram sentenciados a passar boa parte de suas vidas sem emprego, voltados em procurar ocupações que garantissem o mínimo para sua sobrevivência.

As declarações de Martín-Baró a respeito do trabalho apresentam semelhança com a Psicologia Social do Trabalho desenvolvida no Brasil, ele afirma:

Uma psicologia política do trabalho na América Latina deveria prestar uma atenção muito particular aos aspectos críticos do sistema de trabalho imperante. Em outras palavras, deveria examinar com novos olhos a forma de agir dos setores discriminados, dos marginalizados e desempregados, dos explorados e reprimidos. Enxergá-los não como objetos, mas como sujeitos sociais: como diria Ramsay Liem (1988), não tanto como vítimas de um sistema, que o são, mas como críticos desse sistema (Martín-Baró, 2014, p. 621).

Portanto, o que caracteriza a PST é uma busca constante por um olhar crítico, não-naturalizador, para o contexto social e seus fenômenos macro e microestruturais. É importante salientar que o mundo do trabalho na conjuntura do sistema capitalista é marcado por conflitos de interesses entre aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver e outros que a compram, um conflito entre capital e trabalho. Entender essa posição de

interesse é fundamental para a estruturação das relações sociais, especialmente, as relações de trabalho (Esteves et al., 2017).

A partir das discussões apresentadas, viabilizamos a fundamentação para a construção do trajeto da pesquisa, o questionamento inicial da investigação: quais as implicações socioespaciais do trabalho na rua para trabalhadores/as de aplicativos no contexto da uberização? Essa provocação sofre alteração, uma vez que nos concentramos no aspecto espacial da atividade dos/as trabalhadores/as de aplicativos, todavia, reconhecemos a interseção entre tempo e espaço. No âmbito geral, este estudo busca analisar a relação entre trabalhadores/as de aplicativos e a apropriação socioespacial da rua enquanto local de trabalho. Especificamente, temos os seguintes objetivos: a) analisar a reconfiguração espacial, provocada pelos aplicativos e a rua como um lugar ou não lugar de trabalho; b) identificar as características que determinam a vulnerabilidade do trabalho no circuito inferior na espacialidade da rua em virtude das plataformas digitais; c) verificar como a ausência de uma estrutura física de trabalho afeta o labor dos/as trabalhadores/as de aplicativos.

A estrutura dessa dissertação se inicia com essa parte introdutória. Na próxima sessão “O espaço globalizado”, situamos como a globalização, a tecnologia e a informação atuam na eliminação das barreiras espaciais, uma vez que o espaço é entendido como uma instância da sociedade, o capitalismo se utiliza de sua propagação como estratégia para amenizar suas crises. Na sessão intitulada “Tecnoesfera, psicoesfera e os dois circuitos da economia urbana” apresentamos o meio técnico-científico-informacional por Milton Santos, além do par conceitual tecnoesfera e psicoesfera, os dois circuitos da economia urbana e sua interface com os efeitos do neoliberalismo. Na sessão “Sobre uberização, neoliberalismo e relações de trabalho”, apresentamos como a flexibilização e a precarização aliadas às políticas neoliberais dão o tom no mundo do trabalho, como o empreendedorismo vem sendo utilizado na constituição de um neosujeito empresarial e como uma subjetividade neoliberal a partir da

uberização emerge na contemporaneidade. Na próxima sessão de nosso trabalho, “A rua: espacialidade, trabalho e poder”, caracterizamos o espaço da rua e os significados que podem ser atribuídos a depender da localização na metrópole. Explicitamos o *lócus* dessa pesquisa e de que forma a rua pode ser entendida também como local de trabalho. A sessão “Percurso Metodológico” aponta o caminho traçado no processo de pesquisa, ilustrando a nossa abordagem de pesquisa qualitativa, os interlocutores, a entrevista não-diretiva para construção dos dados e a técnica de análise utilizada, bem como, o compromisso ético-político que desempenhamos para realização da pesquisa. Os excertos das entrevistas de nossos interlocutores estão na sessão “O trabalho como ele é: trabalhadores uberizados em ação”. Por fim, em “Outras Considerações” apresentamos as sínteses metodológicas e reflexivas que trilhamos durante o desenvolvimento dessa dissertação, evidenciando os principais resultados, bem como as contribuições teóricas da pesquisa, além das lacunas e dificuldades enfrentadas.

## O espaço globalizado

O mundo está em constante transformação, a globalização se consolida como uma tendência irreversível, devido à queda das barreiras físicas entre os Estados, se questionam a existência do território e, por consequência, do espaço como constituinte de análise do mundo moderno. O desenvolvimento da tecnologia vem resultando em profundas transformações no processo produtivo, nos meios de comunicação que ligam os espaços a redes de fluxos cada vez mais densas, extrapolando fronteiras; urge a necessidade de se repensar a natureza do espaço quando a relação espaço-tempo se transforma de modo inquestionável. O que Harvey (2008) chama de “compressão do espaço-tempo”, anuncia uma orientação de eliminação do tempo e não do espaço. Portanto, o que se objetiva é diminuir o tempo do deslocamento e não o espaço do percurso, que continua sendo um dado irrefutável, os fluxos (materiais ou imateriais) percorrem um espaço concreto para se locomoverem. O que realmente acontece é a evolução das comunicações, tornando o espaço contínuo e possibilitando a abolição do tempo (Carlos, 2007a).

As comunicações reduzem as distâncias, tornando o trânsito de informações constante e ininterrupto, desse modo, o local cada vez mais se funda na sua relação com o mundial. Nessa conjuntura, o lugar se reorienta, seja pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações com uma rede de lugares. Atualmente, temos diante de nós um mundo que aparenta se encolher com o desenvolvimento frenético dos meios de comunicação e transporte, diminuindo de forma surpreendente o tempo do percurso no espaço. Para Augé (2012), estamos na era das mudanças de escala, no que concerne à conquista espacial, mas também em terra:

[...] os meios de transportes rápidos põem qualquer capital no máximo há algumas horas de qualquer outra. Na intimidade de nossas casas, imagens de toda espécie transmitidas por satélites, captadas por antes que guarnecem os telhados das mais

afastadas de nossas cidadezinhas, podem dar-nos uma visão instantânea e, às vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro lado do planeta [...]. Além disso é preciso constatar que se misturam diariamente nas telas do planeta as imagens da informação, da publicidade e da ficção, cujo trabalho e cuja finalidade não são idênticos, pelo menos em princípio, mas que compõe debaixo de nossos olhos, um universo relativamente homogêneo em sua diversidade (Augé, 2012, p. 34).

As mudanças que atualmente acontecem na vida rotineira de todos nós, resultante do processo de globalização, se espelham em nossa relação com o espaço, tempo e com os outros. As duas noções propostas por Marc Augé, o lugar antropológico e o não lugar, nos ajudam a tomar consciência das transformações que vão substituindo a cidade antiga por uma nova cidade (Sá, 2014). Para Augé (2012), os não lugares são espaços multifuncionais, necessários tanto para aceleração de pessoas e bens (vias expressas e aéreas, ferroviárias, rodoviárias, os aviões, trens, ônibus, aeroportos, estações, cadeias de hotéis). Os lugares antropológicos são identitários, relacionais e históricos. Nestes lugares, as pessoas se identificam e convivem, fazem parte da história de um grupo ou de alguém e, assim, atestam sua procedência.

Com base no conceito de lugar e não lugar, a internet pode ser compreendida como não lugar quando, submersos numa nova realidade, nos perdemos no universo de nuvens, produtos e informações: escrevemos e-mails de trabalho, jogamos, criamos avatares, compramos, ou seja, um leque de possibilidade surge à nossa frente. A história, as relações e os limites parecem estar diluídos e fragmentados em telas de aplicativos, redes sociais permitindo a expansão da informação e a experiência em espaços antes inimagináveis (Vilhena & Novaes, 2018). Todavia, os “não lugares” virtuais trazem novidades e praticidade para homens e mulheres pós-modernos, eles podem converter “o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de

um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte” (Sá, 2014, p. 211).

Segundo Carlos (2007a), a inserção de funções por meio de uma gestão informatizada, consequência da modernização, permitiu a racionalização do processo produtivo e com isso uma nova localização industrial visto que a produção feita por computadores possibilita organizar o trabalho em sessões separadas e entre estabelecimentos de uma mesma empresa, entre empresas por meio da subcontratação – atividades autônomas e subordinadas – da concepção até a comercialização do produto. A terceirização, isto é, a contratação de empresas para realização de serviços específicos dentro do processo produtivo da empresa contratante também muda a relação do espaço, pois resulta no desmembramento espacial das unidades produtivas. Este processo exige maior conexão entre parcelas do espaço, com base numa rede eficiente e rápida de transportes, além de comunicação via satélite para propagação de decisões em um espaço cada vez mais extenso. Isso significa que o manejo do tempo é um elemento cada vez mais importante do ciclo produtivo de redes especializadas no fluxo contínuo de bens (materiais e imateriais).

A espacialidade em si não se define, independente de um conteúdo concreto, o espaço é produto do trabalho humano, portanto, histórico e social, por consequência, se torna uma vertente analítica a partir da qual faremos uma leitura da sociedade. Para Harvey (2008, p. 190), “o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através do tempo”. Na perspectiva de Carlos (2007a), o rápido e grande desenvolvimento das ciências e da tecnologia dedicada à produção e o processo de globalização, longe de anular o espaço, impõe uma nova concepção para se pensar o espaço. As condições de reprodução modificam no tempo em virtude do estágio do desenvolvimento técnico e científico aplicado à produção que gera as mudanças espaciais dos

valores dos lugares na reprodução geral da sociedade, é a articulação entre o espaço fixo e a rede de fluxo reivindicando um novo arranjo espacial.

O Estado-Nação se torna obsoleto no sentido de definir uma política industrial, monetária ou cambial, ou seja, é incapaz de propiciar benefícios como vistos no passado (políticas de bem-estar social). As fronteiras perdem a materialidade, dado que o capitalismo se desenvolve destruindo limites entre os Estados e superando barreiras através de seu processo de globalização. São perceptíveis as notáveis transformações no processo produtivo a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, constantes alterações na organização do trabalho, provocando uma nova articulação espacial. Antigas áreas industriais perdem sua relevância em detrimento de outros lugares, gerando uma fragmentação espacial, pois o capital se desloca frequentemente em busca de novas prerrogativas e com isso podemos observar uma redistribuição espacial da atividade e do emprego (Carlos, 2007a).

Novas perspectivas surgiram na organização industrial devido às novas tecnologias e ao gerenciamento do fluxo de informações comandada por rede de computadores, à flexibilidade e a fabricação e montagem automatizadas. A conjuntura da localização atual se baseia na indústria de alta tecnologia, impondo um curso de crescimento intenso em conhecimento e reivindicando uma outra infraestrutura. Ou seja, as telecomunicações requerem a instalação de fibras óticas, satélites espaciais, rede de comunicação de dados e trabalhadores qualificados. Entretanto, o processo acontece sob deformidades, visto que os lugares beneficiados constituem àqueles com melhores condições para a incorporação de novas tecnologias. No que se refere ao espaço mundial, os países do Norte global e no centro do capitalismo estão preparados, resultando no aprofundamento da desigualdade do processo no espaço mundial.

A grande fábrica é substituída por unidades menores por meio de terceirização, na qual a empresa se concentra em seu principal produto, sua atividade-fim, externalizando

atividades secundárias de apoio. Em todo o mundo, há discussões sobre a desregulamentação de mercados e das relações de trabalho, assim como a privatização de empresas estatais. Essas propostas foram implementadas sobretudo em contextos em que a classe trabalhadora esteve fragilizada em sua capacidade organizativa e seus resultados foram catastróficos em termos de precarização do emprego (Lima & Martins Junior, 2018).

A flexibilidade na produção e a utilização da força de trabalho são acompanhadas pela mobilidade do capital e do trabalho. As diversas flexibilidades decorrentes se juntam também às mobilidades espaciais, temporais, de atividades, de permanências, de trânsitos e circularidades. Deslocamentos das unidades produtivas, deslocamento dos empregos, deslocamento tendenciais dessas unidades na busca de novos territórios, deslocamento diários, sazonais e eventuais dos trabalhadores. A ideia de carreira, de estabilidade, de passagens por postos de trabalho variados, cargos e funções é fragilizada, do legal, do ilegal e do ilícito, mas mantendo uma grande horizontalidade em termos de acesso (Lima & Martins Junior, 2018).

Conforme Carlos (2007a), o Estado produz o espaço regulador e ordenador que busca se estabelecer em âmbito mundial, propagando a oposição centro-periferia que se prolonga das cidades mundiais e grandes capitais até as regiões de países em desenvolvimento, o que significa o domínio de centros sobre o espaço dominado, exercendo o poder de forma administrativa, organizacional, jurídica e política sobre as periferias. As estratégias de poder instituídas pelo aparato estatal emolduram territórios e populações, reforçando um cenário de conflitos e confrontos. Empresas multinacionais, como no caso da Uber, operam em escala global articulando interações complexas, regulações e negociações a todo momento.

Ainda segundo a autora, o que diferencia os lugares pela ótica da competitividade no espaço regional e nacional é a sua capacidade de concentração de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do processo de produção. Ou seja, a infraestrutura e as instituições

sociais se unem dentro de um sistema de relações sociais. Somente sob estas condições é possível falar que o lugar regula o crédito, centraliza o capital, incentiva a concorrência por melhores condições de infraestrutura, mão de obra etc. O desenvolvimento técnico e científico aplicado na produção, na expansão do mercado mundial e nas empresas multinacionais, longe de anularem o espaço, objetivam sua mundialização, visto que os mecanismos espaciais residem na correlação entre o local, o regional e o nacional e, dessa forma, todo o espaço converte-se em lugar da reprodução e tem o mundial como força para a redução de fronteiras nacionais e na comprovação que o local se torna global e o global se localiza no lugar (Carlos, 2007a).

O espaço, para Santos (2020), pode ser entendido como uma instância da sociedade, tal qual a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Sendo assim, enquanto instância, contém e é contida pelas demais como cada uma delas o contém e é por ele contida. A essência do espaço é social, não apenas formado pelas coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais, mas pela soma deste conjunto (natureza) com a sociedade. As formas geográficas contêm frações do social, e conforme o autor, são chamadas de formas-conteúdo. Dessa forma, são permanentemente modificadas na medida em que o movimento social fornece frações diferentes do todo social, a partir disso é possível fazer uma leitura que o espaço pode ser compreendido como a interação entre forma e conteúdo. Cada localização é efeito da apreensão de um momento do movimento do mundo em um ponto, ou seja, um lugar. É por isso que cada lugar está sempre mudando de significação, devido ao movimento social: a cada momento as frações da sociedade que lhe integram não são as mesmas. Cada lugar a cada momento tem um papel próprio no processo produtivo. Este é formado pela produção, circulação, distribuição e consumo.

Para estudar o espaço, conforme Santos (2020), é necessário apreender sua relação com a sociedade, pois esta dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e

especifica as noções de forma, função e estrutura fundamentais para o entendimento da organização espacial. A forma é o aspecto visível de alguma coisa. Ou seja, o conjunto de objetos, um padrão. A função se refere a uma tarefa ou atividade prevista por uma forma, instituição, pessoa ou coisa. Estrutura implica a inter-relação entre as partes de um todo, o modo de organização. Por fim, processo é uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer, envolvendo os conceitos de tempo (continuidade) e mudança. O conjunto desses elementos é fundamental para compreendermos o espaço, e, por sua vez, como produto social, está continuamente em transformação.

[...] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. [...] o tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Conseqüentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado (Santos, 2020 p. 73).

De acordo com Santos (2020), antes de tudo a forma é um resultado, mas também um fator social. Criada e usada no cumprimento de uma função que lhe foi atribuída, a forma permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando poderá ser chamada a executar uma nova função. As formas dificilmente são destruídas ao longo do processo histórico, se tornam rugosidades, ou seja, formas remanescentes de períodos anteriores. O movimento da sociedade impõe mudanças, entretanto, ele não pode acabar de uma vez com a totalidade de coisas e/ou objetos que ali existem. O que nos resta é a combinação de formas novas e velhas, estruturas criando formas para o cumprimento de novas funções ou se moldando a formas velhas, criadas em contextos passados.

Para Lefebvre (2006), o capitalismo só conseguiu mitigar suas contradições internas e sobreviver devido à permanente expansão e à passagem da produção de coisas no espaço para

produção do próprio espaço. Partindo dessa lógica, a produção do espaço está estreitamente vinculada à reprodução do modo de produção capitalista, incorporando os níveis de reprodução biofisiológica familiar, da força de trabalho e da reprodução das relações sociais de produção (Bastos et al., 2017).

O espaço, para Lefebvre (2006), pode ser compreendido de duas formas. Identificado como espaço abstrato, é o espaço do capitalismo, que contém o mundo da mercadoria, a lógica e as estratégias à nível mundial, potencializando o dinheiro e o Estado político. O espaço abstrato se apoia nas enormes redes de bancos, nas unidades de produção e nos centros de negócio. Mas, também, no espaço das autoestradas, nos aeroportos, nas redes de informação. O espaço abstrato, quantificado e formal, é sincronicamente homogêneo (no sentido de negação das diferenças, todavia, sem a eliminação completa), fragmentado (pulverizado pela propriedade privada) e hierarquizado (estruturado em modos de relações de dominação centro periferia). Ocupado, ordenado e conduzido para a reprodução das relações sociais de produção, a lógica que se consolida é burocrática e repetitiva. Difundida pelo planeta, se nega às diferenças espaciais, àquelas originadas da natureza e da história, tal como as advindas dos corpos, idades, sexos, etnias (Bastos et al., 2017).

Visto que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, reduzindo as diferenças e particularidades existentes, um novo espaço, chamado de diferencial, surge justamente das diferenças que o abstrato acentua. Portanto, o espaço diferencial proposto por Lefebvre decorre da decomposição de relações sociais orientadas pela homogeneização, fragmentação e hierarquização de sujeitos e objetos abstratos, resultando no surgimento de novas relações sociais, arraigadas no uso dos espaços e nas suas diversas qualidades. Bastos et al. (2017) relatam que no espaço diferencial se dá o fim da propriedade privada do espaço e a dominação política pelo Estado. A produção deste espaço acontece com a interligação de uma transformação da vida cotidiana e uma prática da diferença espacial. O espaço diferencial

reúne “o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (Lefebvre, 2006, p. 84). Portanto, esse novo espaço visa restabelecer os diferentes usos possíveis do espaço, em outras palavras, viabilizar a apreensão espacial contra a homogeneização patológica de um espaço opressor, hierárquico, regido pela lógica capitalista e estatal.

Deste modo, para o autor, a luta de classes age na produção do espaço e, mais do que nunca, pode ser lida no espaço. Somente ela é capaz de impedir a expansão do espaço abstrato pelo planeta, pois somente a luta de classes tem capacidade diferencial, de produzir diferenças não internas ao crescimento econômico consideradas como “lógica”, “estratégia” e “sistema” – diferenças induzidas ou toleradas. Lefebvre (2006) traz uma leitura do espaço a partir da abordagem marxista, ligada diretamente com as transformações da sociedade:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (Lefebvre, 2006, p. 48).

Dessa forma, Lefebvre (2006) traz uma análise marxista do espaço, este é visto conectado à prática social, como papel na estruturação de uma lógica capitalista. Partindo desse argumento, o espaço, na perspectiva lefebvriana, tem um viés multifacetado, é parte material, mas, também social e ainda é *locus* da produção e reprodução dos atores sociais, sendo, essencialmente, um produto social. Dando sequência para a discussão do espaço em Lefebvre, quanto às representações de relações de produção, também consideradas relações de poder, se efetuam no espaço, e o espaço contém as representações nos edifícios, nas praças, nos monumentos, nas obras de arte. No que se refere ao espaço de representação,

Lefebvre (2006) estabelece a triplicidade do espaço em percebido (práticas espaciais), concebido (as representações do espaço) e vivido (os espaços de representação). Esses espaços e suas particularidades serão conceituados em seguida.

O espaço percebido é relativo às práticas espaciais, envolve produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios de cada formação social que proporciona a continuidade numa relativa coesão. Para descobrir a prática espacial de uma sociedade é necessário decifrar seu espaço. A prática espacial no neocapitalismo está associada no espaço percebido, à realidade cotidiana (uso do tempo) e à realidade urbana (rotas e redes ligando os lugares do trabalho, da vida privada, do lazer), gerando uma separação entre os lugares que religa, o que só poderá ser examinado empiricamente por cada membro dessa sociedade (Lefebvre, 2006).

As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, está ligado às relações de produção e à “ordem” que elas impõem, é o espaço dos cientistas, dos urbanistas, dos tecnocratas. Para o autor, é o espaço dominante numa sociedade e as concepções tendem para um sistema de signos verbais, aos códigos elaborados intelectualmente. Os espaços de representação, entendidos como os espaços do vivido, apresentam simbolismos complexos, ligados à clandestinidade da vida social. É o espaço dos habitantes, dos usuários, à vista disso, é o espaço dominado que a imaginação tenta modificar e apropriar (Lefebvre, 2006).

Retomando a significativa contribuição para a compreensão do espaço a partir dos estudos de Santos (2004), através da concepção do espaço enquanto instância da sociedade, “o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (Santos, 2004, p. 181). Faz-se necessário enfatizar que Santos (2020) apresenta o espaço como fator social, organizado pelos seres humanos e integrante do processo de existência e reprodução social. O autor extingue a ideia

obsoleta do espaço enquanto vazio, vácuo, sem articulação e apresenta uma crítica da realidade fundamentada nas transformações da globalização, que trouxeram novas dinâmicas relativas ao espaço.

Em seu livro, *A Natureza do Espaço*, Santos (2020) propõe uma nova conceituação para o espaço geográfico. Conforme o autor, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2020, p. 63). Partindo dessa lógica, no princípio era a natureza selvagem, composta por objetos naturais, que ao longo do tempo foram substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos.

### **Tecnoesfera, psicoesfera e os dois circuitos da economia urbana**

Para Santos (2020), a história das relações entre sociedade e natureza, em todos os lugares habitados, é da substituição de um meio natural para um meio cada vez mais artificializado, ou seja, consecutivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada lugar acontece de maneira particular, tal como a parte natural e artificial variam de acordo com a localidade. Para o autor, a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

No meio natural, o ser humano escolhia da natureza somente suas partes ou aspectos considerados fundamentais para manutenção da vida, valorizando, de modo diferente, segundo o lugar e a cultura. Essas conjunturas naturais integravam o pilar material da existência do grupo. Portanto, as motivações do uso eram locais, ainda quando o intercâmbio nas determinações sociais fosse crescente. No meio técnico se dá a mecanização do espaço, os objetos que formam o meio não são apenas culturais, eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Segundo Santos (2020, p. 237), “os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações “superiores”, graças à sua superposição triunfante sobre as forças naturais”. E por fim, o meio técnico-científico-informacional como o atual estágio, marcado pelas inovações técnicas, na correlação entre ciência e tecnologia (Santos, 2020).

A ciência, tecnologia e a informação constituem a base técnica da vida social. As técnicas nos dão a possibilidade de explicar tempos e lugares, precisar evoluções, tanto que é possível afirmar quando o meio natural começou a se artificializar. Para Santos (2013), atualmente, a sociedade é governada por um sistema técnico e social hegemônico, ocupado por organizações supranacionais, empresas multinacionais que dominam objetos e relações mundializadas.

O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que, há alguns decênios ainda, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-

científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. [...] é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (Santos, 2013, p. 41).

O meio técnico-científico-informacional começa, aproximadamente, após a Segunda Guerra Mundial, sua afirmação, inserindo os países de Terceiro Mundo, acontece nos anos de 1970. A união entre a técnica e ciência acontece por intermédio do mercado. E o mercado, graças à ciência e a técnica, se torna um mercado global. As ideias de ciência, tecnologia e mercado globais carecem de ser encaradas em conjunto e dessa maneira podem propor outra interpretação à causa ecológica, dado que as alterações na natureza foram submetidas a essa lógica. Neste período, os objetos inclinam-se para, ao mesmo tempo, serem técnicos e informacionais, devido à máxima intencionalidade de sua produção e localização, já surgem como informação (Santos, 2020).

Milton Santos (2020) idealizou o par conceitual tecnoesfera-psicoesfera; à medida que a tecnoesfera é o conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares, se adaptando aos mandamentos da produção e do intercâmbio e constantemente refletindo interesses distantes, a psicoesfera seria “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (Santos, 2020, p. 256).

As duas esferas se apoiam na promoção dos distintos usos do território, visto que não se pode conceber a existência independente do sistema técnico, tal como não existe uma psicoesfera livre da materialidade. Todavia, não se trata de uma relação harmoniosa, os lugares têm a sua rotina devido à cooperação e ao conflito entre a base técnica e os múltiplos conjuntos de valores, várias vezes incompatíveis, que se reinventam constantemente. Deste

modo, podemos refletir não apenas uma psicoesfera homogênea, mas em vários conjuntos de valores disponíveis pelos lugares.

A psicoesfera é um elemento fundamental para nossa pesquisa. Sua importância se dá pelas possibilidades de compreensão das disposições subjetivas primordiais na formação dos consensos. Posto isto, a psicoesfera, enquanto esfera diretiva de modos inscritos socialmente, nos permite apreender as formas de adesão e engajamento em trabalhos tipicamente precários.

Milton Santos (2013) identifica na psicoesfera uma esfera imaterial que é fonte de nossas ações. No âmbito do trabalho uberizado, as empresas promotoras de uberização se instalam em territórios com sistemas técnicos (GPS, *smartphones* e rede de Internet), possibilitados pelo processo de globalização. Estes espaços globalizados são formados pela informatização e tecnificação do território utilizado e a difusão dessa tecnoesfera requer uma psicoesfera entendida como o “resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (Santos, 2013, p. 30). Dessa forma, os sistemas de ações que integram a psicoesfera projetam a universalização de comportamentos, vontades e afetos.

Os nexos entre os dois circuitos da economia urbana são manipulados por ações dos grupos dominantes que abrangem a técnica e a ciência, aliadas às ações práticas produzidas pelo uso da informação. Portanto, o auxílio da psicoesfera surge enquanto componente crucial nos atos dos grupos hegemônicos no que se refere à adesão de novos comportamentos e a reprodução de práticas instigadas.

É a informação que permite a ação coordenada, no tempo e no espaço, indicando o momento e o lugar de cada gesto e sugerindo as séries temporais e os arranjos territoriais mais favoráveis a um rendimento máximo da tarefa projetada. A ação codificada é presidida por uma razão formalizada, ação não isolada e que arrasta, ação

que se dá em sistema, e tem um papel fundamental na organização da vida coletiva e na condução da vida individual (Santos, 2020, p. 223).

Conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se restringe a uma corrente econômica que objetiva a redução da intervenção do Estado na economia, fomentando a livre concorrência e o livre mercado. Para os autores, o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, pois introduz nos sujeitos formas de agir e pensar através de tecnologias capazes de capturar o indivíduo, mobilizar instituições, mover estruturas de mídia etc. Logo, compreendemos o neoliberalismo tal qual uma racionalidade dispendo da principal característica a concorrência.

A psicosfera usada pelas empresas de aplicativos como iFood, Uber Moto, Loggi e Rappi enfatizam o culto à individualidade, meritocracia e ao empreendedorismo, constituindo um discurso de promoção da economia do compartilhamento (*sharing economy*). Segundo Slee (2017), a economia do compartilhamento é um fenômeno de novos negócios que se utilizam da internet para conectar consumidores e prestadores de serviços em trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, tarefas domésticas, viagens de carro etc. Neste meio, estão a Uber e o Airbnb, superando as tradicionais indústrias dos setores de transporte e hotelaria, respectivamente. Nessa perspectiva, essas empresas prometem “ajudar prioritariamente indivíduos vulneráveis a tomar controle de suas vidas tornando-os microempresários” (Slee, 2017, p. 34). É possível deduzir que, por trás deste discurso, há um direcionamento de um modo de vida precário, compartilhado por uma psicosfera neoliberal que guia uma multidão de trabalhadores para o privilégio da servidão (Antunes, 2018).

Entende-se que a análise da operação de uma empresa global, como a Uber no Brasil, com suas regiões e cidades, pode se beneficiar dos elementos teóricos-metodológicos apresentados na teoria dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida por Milton

Santos (2018). Para o autor, ainda que as cidades sejam formadas por diversos subsistemas econômicos, analiticamente, é possível definir a existência de um circuito superior e um circuito inferior. Este é marcado por atividades econômicas de escala local e/ou regional, pouco capitalizadas e desprovidas de componentes tecnológicos e organizacionais sofisticados. O circuito superior é global, possuindo alto grau de organização e tecnologia avançada.

A Uber, mediada por mecanismos informáticos de produção, dispõe de grande capacidade de adaptação perante as particularidades das formações socioespaciais onde opera, sem que isso interfira na centralização da hierarquia de comando. Por exemplo, em diversos países europeus a empresa não aceita o pagamento em dinheiro. Contudo, em países mais pobres, caso do Brasil, a Uber precisa aceitar, pois, dessa forma, consegue atuar em áreas empobrecidas. Segundo Tozi et al. (2021), essa “tropicalização” torna a empresa eficiente em absorver uma fração da população que não usufrui de acesso ao sistema bancário e outras formas eletrônicas de pagamento.

Santos (2018) propõe a teoria dos circuitos da economia urbana, uma alternativa alinhada com a realidade dos países subdesenvolvidos, superando a dualidade do “formal” e “informal” e apontando que teorias e estudos importados de países desenvolvidos são passíveis de erros de interpretação, metodologia e dados insuficientes para compreender nossa realidade.

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a

possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor (Santos, 2018, p. 21).

Deste modo, para o autor a desigualdade de renda e o difícil acesso a bens de consumo e serviços proporcionou a existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo na sociedade urbana: o circuito superior e o circuito inferior.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (Santos, 2018, p. 37).

Conforme Santos (2018), os circuitos superior e inferior são consequência da modernização tecnológica, no qual o superior desfruta de forma direta desse processo, enquanto no inferior os sujeitos se beneficiam de forma parcial ou não se beneficiam dos avanços técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. O circuito superior é definido pela sua forma de organização e de comportamento. O circuito inferior é um produto da modernização em processo de transformação e adaptação constante, um aspecto importante a ser mencionado é a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior. A diferença fundamental entre as atividades dos dois circuitos se ampara na discrepância de tecnologia e organização. No circuito superior, se utiliza de uma tecnologia importada e de

alto nível, isto é, de capital intensivo. No circuito inferior, a tecnologia é o trabalho intensivo e as atividades são baseadas no crédito e no dinheiro líquido. Além do mais, os empregos dificilmente são permanentes e a remuneração, de modo geral, se encontra abaixo do mínimo vital que uma pessoa necessita para uma vida digna, isto é, dispor de acesso à saúde, alimentação, educação, lazer, moradia etc.

A definição de cada circuito é dada através do conjunto de atividades realizadas em um contexto específico e pelo setor da população que se conecta a ele fundamentalmente pela atividade e pelo consumo. É imprescindível destacar que todas as camadas da sociedade podem consumir dentro ou fora do circuito em que pertencem, trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categoriais sociais ligadas ao outro circuito. No circuito superior, os preços são usualmente fixos e a sua manipulação pressupõe uma margem de lucro relevante à longo prazo tendo em vista a acumulação do capital. O circuito inferior é o maior fornecedor de ocupações para a população pobre da cidade, pechinchar é uma regra e a acumulação não é uma preocupação, pois, antes de qualquer coisa, é necessário sobreviver e garantir a vida cotidiana da família (Santos, 2018).

Mesmo com o controle de preços exercido pelas atividades no circuito superior e o lucro elevado correspondente ao volume da produção, o lucro por unidade produzida é reduzido. Existe grande investimento em publicidade, uma das ferramentas utilizadas para criar e modificar o perfil da demanda. No circuito inferior, o resultado total de lucro é pequeno, mas o lucro por unidade é elevado, isso acontece devido ao grande número de intermediários implicados no processo até o consumidor final. Conforme Santos (2018), no circuito inferior não é necessário publicidade em virtude do contato direto com a clientela e sequer seria possível, pois a margem de lucro vai direto para a subsistência do trabalhador.

Existe uma valorização da capacitação no circuito superior para qualificação de seus funcionários. Por meio dessa especialização, há uma maior divisão do trabalho e a

remuneração representa o nível de especialidade. Na falta de mão de obra especializada local, se busca estrangeiros a depender da industrialização e do grau de modernização do país. No circuito inferior, o baixo nível de especialização é reflexo de uma precária base educacional, levando para o setor produtivo um extenso volume de trabalhadores mal preparados, atendendo ao mercado e gerando um exército de reserva. Este se refere ao quadro de desempregados da economia, porém, aqueles absorvidos pelo mercado de trabalho são mal remunerados, o que sugere um menor poder aquisitivo.

Para Santos (2018), os circuitos da economia podem ser definidos por meio das diferenças de tecnologia e organização, é possível perceber uma bipolarização, mas não um dualismo, visto que não existe um circuito intermediário, nem *continuum*. Os dois circuitos da economia são singulares, e, embora sejam divergentes em seus aspectos constitutivos, são complementares em suas relações. Evitando análises dualistas sobre a relação entre espaço e economia, a teoria dos circuitos entende a cidade como uma totalidade em movimento. Novas conexões tecnológicas e informacionais se formam entre os circuitos econômicos e modernizam a dependência do circuito inferior no que concerne o circuito superior (Tozi et al., 2021). A operação em solo brasileiro desses novos agentes globais contribuiu para o desenvolvimento de um “enxame de atividades de sobrevivência” (Silveira, 2013, p. 67), constituído por uma massa de desempregados que executa atividades conectadas às plataformas. Tais trabalhadores assumem longas jornadas de trabalho, submissão ao algoritmo, baixas remunerações, se tornando, assim, entregadores e motoristas.

Dessa maneira, para o autor, a insistência na posição hegemônica do circuito superior, sem refletir o subemprego gerado como resultante das formas monopolísticas de suas atividades, poderá nos levar a incorretas interpretações da realidade. Cabe ressaltar que o circuito inferior constitui o ciclo de realização das mercadorias produzidas no circuito superior, visto que participa na distribuição de sua produção. O circuito inferior é decorrência

das desigualdades provenientes do aumento econômico do modelo vigente, amparado, em políticas neoliberais de exploração que avançam no aprofundamento da desigualdade social. O processo de modernização da economia, a composição orgânica do capital impõe uma rigidez à ampliação do mercado de trabalho, dado que são exigidas cada vez mais especializações, e grande parte da população fica excluída por não ter acesso ao mínimo de educação básica, impossibilitando a busca por melhores postos de trabalho (Bouças, 2015).

### **Sobre uberização, neoliberalismo e relações de trabalho**

O rotineiro uso da internet – e sua cada vez maior dependência para diversos modelos de negócio – resultou no surgimento da economia digital. Ela se disfarça como sinônimo de progresso, mas, na verdade, legitima o que Srnicek (2017) chama de capitalismo de plataforma, alicerçada sob a flexibilização do trabalho e valor e o espírito empreendedor. A inserção da uberização nesse contexto se dá por meio da disseminação de aplicativos como Uber, 99 e aplicativos de delivery (iFood, Rappi, Loggi etc.), modificando não somente o consumo, mas, sobretudo, o controle do trabalho (Abílio, 2020b).

A revolução tecnológica gerou dinâmicas profundamente desiguais. À primeira vista, parecia se tratar de um núcleo de atividades modernas que gradativamente se expandiria por toda a economia. Entretanto, o processo de avanço tecnológico sem as devidas transformações institucionais se configura como uma nova hierarquização do trabalho, traço do subdesenvolvimento tecnificado. No alto da pirâmide, o emprego formal, com salários relativamente altos e normas de trabalho respeitadas, envolve um segmento mínimo da população, seja por volume ou pela distribuição por países. Um pouco abaixo, as atividades terceirizadas instáveis e precárias que geram grande insegurança seguem dando o tom. Nessa dinâmica tecnológica, devido à dimensão das transformações, surge um novo referencial para o trabalho, alterando as relações técnicas e sociais de produção (Dowbor, 2002).

A informática e a informação, juntas, têm alterado o conjunto das relações, mesmo que em velocidades diferentes nas diversas formações socioespaciais e em diversos setores da economia. A evolução da informação como elemento chave da contemporaneidade altera a relação espaço-tempo, produzindo um novo tempo histórico e meio geográfico, modificando a composição das relações capital-trabalho (Tozi et al., 2021). Dessa forma, constitui-se, uma nova esfera técnica da vida e da produção, tal como uma nova psicosfera, isto é, crenças, desejos, hábitos, linguagens associadas ao funcionamento eficaz das modernizações.

A psicoesfera do período histórico atual reflete o viés neoliberal, diversificando nomenclaturas e alterando seus sentidos. A chamada “Economia do Compartilhamento” (*sharing economy*) promove uma camuflagem sobre a participação dos diversos sujeitos sociais no sistema econômico e esconde a propriedade dos meios de produção. O trabalhador, denominado como “microempreendedor”, “autônomo”, se transforma em consumidor dos serviços de intermédio digital, tal como acontece com os “parceiros”.

O processo de globalização está inserido na dinâmica tecnológica e a conectividade global não será revertida. Isto provoca uma intensa mudança nos ordenamentos espaciais dos processos produtivos. Com a globalização sendo desigual conforme os setores, o investimento se dá nos territórios onde a economia de localização tem mais força. Compreender o processo de urbanização é essencial. Nosso país sofreu uma aceleração da urbanização, resultado mais da expulsão da zona rural durante o período da ditadura civil-militar, do que interesse pela área urbana. O efeito é a afluência da população pobre, porém, não havia nas cidades ampliação proporcional de empregos. Conforme Dowbor (2002, p. 16), “a existência de uma grande massa de excluídos, [...] pesará de maneira permanente e poderosa em qualquer negociação de condições de trabalho, de modificação das relações de trabalho”. Portanto, a subutilização da força de trabalho é estrutural, constituindo um fator primordial na baixa produtividade do país, além da catástrofe social e cultural que isto simboliza.

O desemprego cria um ambiente propício para que trabalhadores aceitem condições de trabalho precárias. O processo de flexibilização foi estabelecido com o argumento de geração de novos postos de trabalho. Na contramão desse movimento, o que temos observado é exatamente o oposto, as consequências mais nefastas para os trabalhadores e trabalhadoras envolvem a perda da estabilidade, aumento do desemprego, insegurança e a intensificação do trabalho (Lima et al., 2012). Para Nardi (2006), a eliminação da estabilidade no trabalho se

justifica, no ideário neoliberal, pela exigência do aumento da eficiência do sistema e pela competitividade no mercado.

Com base nesse panorama, é preciso recordar que o vínculo formal salarial nunca foi a forma dominante no Brasil (Dowbor, 2002). Consequentemente, o trabalho assalariado não é o meio prevalente de se ganhar a vida em nosso país. É nesse ínterim que estão inseridos na categoria de vínculos precarizados os trabalhadores de aplicativos. Trabalhando em condições de constante perigo, devido ao trânsito das cidades, os impactos da poluição na saúde, dos acidentes, da violência urbana, características de quem trabalha o tempo inteiro na rua, constituindo um tipo de trabalho desprotegido, derivado da dinâmica própria da cidade na medida em que ocupam os espaços da rua e os corredores entre os carros.

Desde a década de 1990, as leis trabalhistas vêm revelando a nova cara do Estado brasileiro, sob a hegemonia neoliberal e financeira (Antunes, 2018). As práticas de “flexibilização” e “desregulamentação” se ampliaram, a classe trabalhadora foi cada vez mais forçada para a informalidade e a precarização, definida pelas subcontratações, terceirizações, trabalhos temporários, “pejotização<sup>1</sup>”. Atualmente, o arranjo entre informação, informática e precarização do trabalho resulta no processo de uberização do trabalho. Entretanto, a uberização não sugere o abandono da propriedade privada e da hierarquia das tomadas de decisões nas relações laborais. A mediação técnica é feita pelo algoritmo, entre os trabalhadores, conectados remotamente, e a empresa, configurando um novo modelo nas formas de controle (Tozi et al., 2021).

A partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) em 2016, houve mudanças políticas significativas no país, que tiveram um impacto na redução da intervenção do Estado no monitoramento, regulamentação e fiscalização das

---

<sup>1</sup> Refere-se à transformação do empregado em Pessoa Jurídica (PJ), daí surge o termo “pejotização”.

relações de trabalho. As alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram as primeiras medidas implementadas pelo então Presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB). Nos anos seguintes, o desmonte do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho foi adotado, com o governo de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), focando principalmente na desregulamentação e desestruturação de órgãos estatais responsáveis pela mediação dos interesses públicos e privados na economia. Além da propagação da desinformação, do discurso misógino e do estímulo às armas, à violência e ao desmatamento, as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro, sob a batuta do então ministro da economia Paulo Guedes, aprofundaram a financeirização da economia brasileira, com o Estado assumindo o papel de fiador desses capitais (Fairwork, 2023).

O Estado pode se consolidar como incitador da uberização, no Brasil, a Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017 consolida a redução do trabalhador à força do trabalho, estabelecendo a figura do trabalhador sob demanda no âmago do trabalho formal. Com a criação do contrato de trabalho intermitente, em outras palavras, o trabalhador é um empregado formalizado, mas, é convocado ao trabalho conforme as decisões do empregador e não pode dispor de quaisquer garantias sobre sua remuneração. As empresas promotoras de uberização possuem os meios técnico-políticos para a utilização racionalizada e eficaz, no tempo e no espaço, de milhões de trabalhadores uberizados. As empresas se apresentam enquanto mediadoras tecnológicas entre oferta e procura, enquanto definem o valor do trabalho, gerenciam a distribuição do trabalho, regulam a oferta de trabalhadores, criam mecanismos de avaliação e regras (Abílio, 2020b).

Compõe esse sistema de avaliação a gamificação do trabalho dos entregadores, onde *scores* são criados para classificação e distribuição de entregas conforme um ranking. Quanto maior for a pontuação, maior a possibilidade na preferência nas entregas, isto é, mais chances

de receber pedidos (Desgranges, 2021). As condições de trabalho dos entregadores possibilitam reconhecer na uberização métodos de degradação do trabalho, incluindo desde a diminuição do valor da força de trabalho, ampliação do tempo de trabalho, intensificação, transferência de custos e riscos (Abílio, 2020b).

A Justiça do Trabalho, por sua vez, tem emitido posicionamentos divergentes em todas as suas instâncias. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), há três turmas de juízes que consideram a condição de empregados, enquanto outras três turmas afirmam que eles são trabalhadores autônomos, negando todos os direitos. Além disso, as empresas praticam, como já observado pelos tribunais, a manipulação da jurisprudência através da realização de acordos com os trabalhadores, quando percebem que a sentença poderia ser distribuída para uma turma que tenderia a julgar favoravelmente a tese de vínculo empregatício, impedindo a criação de precedentes contrários a seus interesses (Fairwork, 2023).

Durante a pandemia da Covid-19, em janeiro de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.297/22, que trazia algumas proteções aos entregadores de plataformas digitais de trabalho em relação à doença no decorrer da vigência da emergência. A demora na aprovação desse projeto de lei, que havia sido apresentado no Congresso Nacional em abril de 2020 e só se tornou lei no final da pandemia, gerou muitas críticas. Diversos outros projetos de lei tramitam no Congresso Nacional com o objetivo de regular o trabalho nas plataformas digitais. Algumas dessas propostas excluem os trabalhadores de qualquer direito, enquanto outras criam categorias intermediárias com menos direitos. Há poucos projetos que buscam o reconhecimento explícito da existência de uma relação de emprego (Fairwork, 2023).

Em janeiro de 2023, o Ministro do Trabalho empossado, o sindicalista Luiz Marinho, apresentou como principais tarefas da área a valorização do salário-mínimo e a regulação do trabalho mediadas por meio de aplicativos e plataformas, a fim de garantir “padrões civilizados” de utilização desses meios de prestação de serviços (Barbiéri, 2023). Apesar dos

pequenos sinais em busca de proteção social para os/as trabalhadores/as, o que se observa no horizonte são obstáculos gigantescos. Eleito nas mesmas eleições que colocaram Lula na Presidência da República, o Congresso Nacional é considerado extremamente conservador (Fairwork, 2023). Soma-se a isso, o violento lobby das empresas responsáveis pelos aplicativos e plataformas que, recentemente, demonstraram seu poderio na discussão no parlamento na tentativa de regulação das mídias sociais e as *fake news* (Projeto de Lei nº 2630 de 2020, que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet), levando o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira a adiar a votação. Ademais, a influência desse setor ultrapassa o Poder Legislativo, chegando ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Cristiano Zanin anulou uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconheceu vínculo de emprego entre um entregador e a empresa de entregas Rappi. Na decisão, Zanin entendeu que a Justiça trabalhista descumpriu a jurisprudência do Supremo ao reconhecer vínculo empregatício entre motoristas e motociclistas com empresas que operam os aplicativos. Em pelo menos outros dois casos julgados, o ministro Alexandre de Moraes decidiu que a relação entre motorista e empresa é comercial e se assemelha aos casos de transportadores autônomos. Portanto, se esse entendimento se espalhar pela Suprema Corte, os/as trabalhadores/as terão dificuldades colossais em serem reconhecidos com garantias e direitos fundamentais no âmbito do trabalho (Richter, 2023).

Segundo Tozi (2022), os ganhos decrescentes e a jornada laboral crescentes de entregadores de aplicativos explicitam a conduta gerencialista das empresas de maneira didática e perversa. Como as longas jornadas laborais nas plataformas ultrapassam dez ou doze horas diárias, não se trata de trabalho em tempo parcial ou de complementação de renda, mas da única e principal fonte de renda desses trabalhadores. Com a intervenção dos

algoritmos, aplicativos e as plataformas digitais, as resistências entre as categorias de trabalhadores são destruídas, pois domina a concorrência em todo momento:

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (Dardot & Laval, 2016, p. 17).

A concorrência, ou melhor dizendo, a competição se configura como categoria fundamental para entendermos a normatização de exaustivas jornadas laborais em circunstâncias precárias e com remuneração mínima. Portanto, faz parte dessa nova mentalidade a internalização de regras como autovigilância, a concorrência contínua e a alta performance (Dardot & Laval, 2016). Os entregadores e motoristas de aplicativos estão sempre expostos pelas ruas, entretanto, esse fenômeno se espalha por todos os setores econômicos: prestadores de serviços, programadores, trabalhadoras domésticas, professores, *designers*, profissionais de saúde etc.

Existe uma espécie de leilão invertido que promove uma competição constante entre os/as trabalhadores/as, em busca de uma nova oportunidade de trabalho. Dentro de cada empresa são criados mercados de trabalho com o intuito de enfraquecer o poder de negociação da classe trabalhadora. Dessa forma, um grande contingente (principalmente desempregados de diversas profissões) fica à disposição da plataforma, competindo uns com os outros, o que permite a constante possibilidade de redução salarial. Essa baixa remuneração se torna um mecanismo importante para impor longas jornadas de trabalho, já que, para sobreviver, os/as trabalhadores/as são obrigados a arcar com todos os custos básicos, como a compra de aluguel de carros e motos, resultando em dívidas que só poderão

ser pagas com os salários recebidos. De fato, quanto menor a remuneração, maior será o número de horas de trabalho necessário para garantir a subsistência do indivíduo (Filgueiras & Antunes, 2020).

Segundo Aquino (2020), a partir da reestruturação produtiva, temos como consequências a desregulamentação do trabalho, a utilização massiva da tecnologia, a financeirização da economia etc. Estes desfechos repercutem tanto na dimensão temporal do trabalho – jornadas parciais, trabalho intermitente, descontinuidade do vínculo – como na dimensão espacial – realocação de fábricas e indústrias, externalização da produção, enxugamento do processo produtivo e ampliação de recursos científicos e tecnológicos. Ainda segundo o autor, a importância da utilização da temporalidade e da espacialidade para compreensão das transformações no mundo do trabalho se dá pela articulação em níveis micro e macrossociais da produção do modo de vida de trabalhadores. Tomar o tempo e o espaço se justifica pela relação com o fenômeno que envolve o neoliberalismo e a precarização: a flexibilização.

À vista disso, novos modos de organização do tempo e do espaço vinculados ao trabalho são considerados como formas privilegiadas de confrontação da crise da sociedade salarial, ainda que preceitos da naturalização e normatização da precarização tal qual conhecemos sejam vistos como formas de flexibilização do trabalho. Dessa forma, a flexibilização constituía o processo de precarização enquanto componente fundamental para a transmissão do ideário neoliberal. A fragilização do emprego trouxe instabilidade além de promover a precariedade, entendida como uma resposta ao período marcado pelo emprego estável, garantias e direitos que foram dizimados pelo risco da incerteza.

Na conjuntura da flexibilização do trabalho, implementação de políticas neoliberais e com o desemprego, o conceito de empreendedorismo vem recebendo novas aplicações e significados políticos. O trabalhador é anunciado como empreendedor, ainda que siga

subordinado como trabalhador, gerando uma confusão entre a figura do trabalhador e o empresário (Abílio, 2020b). Dessa forma:

Essa indistinção opera de forma poderosa, por exemplo, no discurso da empresa Uber, que convoca o motorista a ser “seu próprio chefe”. O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto da incerteza e precariedade. No que concerne à uberização, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como “chefes de si mesmos”, ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios (Abílio, 2019, p. 4).

O que temos de novo é a modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas conjunturas que são impostas, através do seu comportamento, contribuem para tornar tais condições ainda mais severas e árduas (Dardot & Laval, 2016). A reação em cadeia produz “sujeitos empreendedores” que reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá a adaptação subjetiva às próprias condições cada vez mais duras que estes produziram. Para os autores, o momento neoliberal se caracteriza pela unificação do discurso do sujeito em prol da figura da empresa, essa ideia parte da compreensão do empreendedorismo de si pelos novos modos de subjetivação, fruto de uma racionalidade neoliberal que resulta na formação que denominaram de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neosujeito”. Partindo dessa lógica, se trata de novas formas de conduta, em que o sujeito se conduz “realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (Dardot & Laval, 2016, p. 328).

Ao tomarmos a uberização enquanto um novo meio de controle, gestão e organização do trabalho, se percebe a transformação da figura do “empreendedor de si” para o trabalhador “gerente de si subordinado” (Abílio, 2019). A mudança para o autogerenciamento subordinado torna incontestável a terceirização de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, um gerenciamento subordinado. Para o trabalhador, são transferidas as definições sobre a duração e distribuição da jornada, propriedade e modos de utilização dos equipamentos de trabalho. Contudo, esse gerenciamento de si é submisso às determinações das empresas. As táticas de sobrevivência do trabalhador são absorvidas pela gestão e abarcam a procura permanente por melhores remunerações, por segurança, pela melhor avaliação e bonificações.

No que concerne aos entregadores de aplicativos, o movimento #brequedosapps chama atenção por ser um ato de resistência na defesa dos interesses econômicos, políticos, sociais e profissionais dos trabalhadores desse setor. A pesquisa de Ricarte (2023) investiga o movimento a partir da construção de laços que buscam fortalecer os trabalhadores considerando as relações de poder envolvidas.

A partir do trabalho de Ricarte (2023), podemos pensar no cooperativismo de plataforma como uma alternativa que se beneficia do desenvolvimento tecnológico, mas tem como base a copropriedade, a distribuição de renda de forma mais equitativa entre os participantes. Ou seja, é o conceito do cooperativismo aplicado às plataformas digitais de serviços. Conforme Scholz (2017, p. 17), o cooperativismo de plataforma envolve modelos de propriedade democrática para a Internet”.

O conceito de cooperativismo de plataforma tem três partes. Primeiro, se baseia na utilização da tecnologia tal qual as empresas Uber, Airbnb, iFood, entre outras. Porém, o uso da tecnologia serve para colocar o trabalho em um modelo proprietário diferente, adotando valores democráticos, desestabilizando o sistema quebrado da economia do

compartilhamento/economia sob demanda, que favorece a poucos. Nesse sentido, o cooperativismo de plataforma exige uma mudança estrutural, uma mudança de propriedade. Segundo, o cooperativismo de plataforma se trata de solidariedade, extinta nessa economia baseada em força de trabalho. Terceiro, o cooperativismo de plataforma é construído na ressignificação e conceitos como inovação e eficiência, tendo em vista o benefício de todos, e não a obtenção de lucros por poucos. É preciso evidenciar que o conceito de cooperativismo de plataforma mencionado aqui não é uma solução mágica para resolução dos problemas que envolvem as plataformas digitais (Scholz, 2017).

### **A rua: espacialidade, trabalho e poder**

Podemos pensar em várias possibilidades para abordar a temática socioespacial. Mas, como nossa preocupação se dá no entendimento da apropriação da rua como local de trabalho a partir das análises junto aos trabalhadores/as de aplicativo, nosso ponto de partida para a reflexão não poderia ser outro. Por que a rua?

A rua se apresenta como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais em um momento específico da história, desvelando nos gestos, olhares e rostos os vestígios das diferenças sociais. O trabalho na rua aparece como uma alternativa de sobrevivência ao indivíduo, através desse trabalho é possível viver com alguma dignidade, e sua presença é capaz de possibilitar uma intensificação da experiência de viver, estar e pertencer à cidade. Para o desenvolvimento da atividade aqui estudada, observamos que as características funcionais deste espaço passam por sua localização na cidade, onde os diversos fluxos estão articulados (Bouças, 2015).

O lócus de investigação dessa pesquisa é a cidade de Juazeiro do Norte, localizada em uma posição estratégica, na região do Cariri, sul do Estado de Ceará. No atual recorte administrativo do Nordeste brasileiro, localiza-se em seu centro geográfico, equidistante das capitais nordestinas, ocupando o meio do sertão como um dos principais polos de educação, comércio e saúde. Sua área administrativa de 258,788 km<sup>2</sup> conta com a sede municipal e mais dois distritos: Marrocos e Padre Cícero (criados em 1938). Possui relevante influência para a Região Metropolitana do Cariri (RMC) e conta com projeção populacional, no ano de 2022, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em torno de 286,120 habitantes e uma densidade demográfica de 1.105,62 hab/km<sup>2</sup>, sendo a 3<sup>a</sup> maior no estado, a 20<sup>a</sup> da região Nordeste e a 96<sup>a</sup> em nível nacional, com uma taxa de urbanização de 95,3% e o produto interno bruto (PIB) correspondente a R\$ 17.354.54,00 (IBGE, 2022).

Na rua se tornam evidentes as formas de apropriação do lugar e da cidade, sendo justamente aí que emergem as desigualdades e os contrastes que atravessam a vida diária, tal como as tendências de homogeneização e normatização compulsórias dos mecanismos de poder que subjuga o social. A ideia da rua nos coloca defronte de um fato, na investigação do espaço urbano o lugar surge com diversos significados. A cidade só pode ser definida como lugar na medida que a análise reúna as dimensões referentes à constituição, por um lado, o espaço urbano, de outro, a sociedade urbana. Contudo, a cidade é reproduzida baseada na articulação de territórios distintos com temporalidades diferentes que se estabelecem da constituição de uma forma de apropriação para uso envolvendo especialidades sobre cultura, hábitos, costumes etc., produzindo singularidades espaciais que originam lugares na cidade onde a rua é vista como elemento fundamental de análise (Carlos, 2007a).

Os usos da rua, no entendimento de como a sociedade se organiza em seus hábitos e costumes, liga a rua à ideia de construção de caminhos que, combinados, formam o quadro da vida. Entretanto, na metrópole, o caminho vira rua, posteriormente, se transforma em avenida, e nesse ponto da história das formas de apreensão da cidade a rua não é mais extensão da casa e agora se opõe a ela. Na metrópole, as pessoas vivem trancadas dentro das casas, diante de celulares, sem contato com o externo, visto que a casa tem cada vez mais a função de resguardar a individualidade, fortalecendo o privado. Sendo assim, o que antes era público e ocorria no espaço da rua agora se fecha entre muros. Os lugares da cidade vão sendo demarcados, se fechando e se tornam restritos. Por um lado, se produz um espaço que delimita o lugar de trabalho, de moradia, do lazer, a estratificação socioespacial se mostra nos acessos a determinados locais. De outro, segundo Carlos (2007a), a sociedade existe no uso, ofertado pelas divisões no espaço, dessa forma, nas metrópoles, as atividades se inclinam ao desenvolvimento em ambientes fechados. Dentro dos edifícios é cada vez mais comum estruturas privadas de lazer, academias de ginástica, saunas, quadras esportivas. Isto é, a

acentuação da sociabilidade na metrópole com o aprofundamento da distinção ente o “público” e o “privado”.

Para Sennett (2014), a história das palavras “público” e “privado” é importante para entender as transformações ocorridas na cultura ocidental. Segundo ele, as primeiras ocorrências da palavra “público” revelam algo como o bem comum na sociedade. Depois, em Roma, se acrescenta ao sentido de “público” aquilo que é manifesto e aberto à observação geral. No século XVI, “privado” foi utilizado para designar privilégios, ou seja, um alto escalão. Perto do século XVII, a oposição entre “público” e “privado” ganha os contornos semelhante ao uso atual. “Público” significava algo aberto à observação de qualquer pessoa, ao passo que “privado” seria uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos. Já no século XVIII, a palavra “público” obtém o sentido moderno, significando não apenas uma região da vida social localizada em separado do contexto familiar e dos amigos íntimos, mas que esse domínio público dos conhecidos e estranhos abarcava uma diversidade grande de pessoas. O “privado” é considerado sob o formato de um círculo de intimidade. Esta área privada está relacionada com a propriedade, uma vez que o vocábulo “privado” é entendido na compreensão de “privação” que habita na ausência dos outros. Segundo Sennett (2014, p. 36) “juntos, o público e o privado criavam aquilo que hoje chamaríamos de um “universo” de relações sociais”, onde os indivíduos mantem um equilíbrio entre as tensões da “exigência da civilidade” (comportamento público) e os “direitos da natureza” (família).

A rua, momento em que o privado se abre para o público, para o outro, e para o estranho. A partir dela emerge a praça do mercado, o polo comercial ou cultural, os lugares simbólicos e sagrados, os centros de serviços, áreas de lazer ou mesmo de trabalho, conectando lugares e pessoas num conjunto de relações que abrangem e possibilitam que a vida aconteça. Os moldes arquitetônicos guardam, para o indivíduo, o sentido que é dado pelo conteúdo social que vai se constituir como suporte da memória. O enfraquecimento da

sociabilidade é assinalado pelo término de atividades que ocorriam nos bairros, com o desfecho de relações de vizinhança, devido a violência crescente na metrópole. Pela superabundância factual (Augé, 2012), o excesso de informações e as interdependências de um “sistema-mundo” trouxe um problema, a densidade factual dos últimos tempos ameaça extinguir todo e qualquer significado. A metrópole surge como símbolo de um novo mundo, da modernidade. Há sinais dos tempos contemporâneos marcados pelas estruturas arquitetônicas sublimes, nas largas avenidas congestionadas e barulhentas. O espaço instável sempre em processo de metamorfose em que, no cerne do frenesi, a multidão, cada vez mais densa, perde sua identidade (Carlos, 2015).

Todavia, como assinalamos acima, a significação da rua nem sempre foi a mesma e muda conforme o lugar na metrópole. Contudo, de “lugar do estar”, as ruas se transformam em lugar de passagem, mas, não perdem eternamente a noção de lugar de encontro, reunião, por mais que, hoje, os encontros sejam mais ocasionais. No decorrer de um dia, podemos presenciar como as ruas da cidade são tomadas por diferentes ritmos. Nos usos da cidade, vista por meio da rua, percebemos os tempos simultâneos, as múltiplas dimensões.

Segundo Carlos (2007a), a rua pode ter o sentido de passagem enquanto meio, ainda durante as primeiras horas do dia é grande o fluxo de trabalhadores que se deslocam ao trabalho. A rua pode ter o sentido de fim em si mesmo, quando seu uso se refere para a realização da mercadoria. Os vendedores ambulantes ou camelôs nos espaços públicos da rua, o comércio de semáforo, vendedores de lanche, os entregadores nas vias mais movimentadas da metrópole desafiando o tempo e o espaço para chegar o mais rápido ao destino da entrega. A rua pode ter o sentido de mercado, referente à troca como destino, é o lugar da feira que agrupa pessoas, a rua tomada pelos feirantes. A rua pode ter o sentido da festa, nos campeonatos esportivos mundiais em que o Brasil participa, as finais de campeonatos estaduais, é comum que torcedores pelo Brasil inteiro tomem as ruas para celebrar a

conquista. A rua pode ter ainda o sentido da reivindicação, é nas ruas das cidades que afloram os protestos dos movimentos que ganham visibilidade nos espaços públicos. A rua tem o sentido de moradia para a população em situação de rua que vive pela cidade, e os espaços públicos servem de abrigo. As ruas possuem o sentido da normatização da vida, as placas de trânsito, os semáforos guiam a direção dos passos, os painéis publicitários: cartazes ou *outdoor*, as pichações. As ruas também são tomadas como território de domínio de facções que cortam os lugares, determinam áreas exclusivas e ditam leis e normas de comportamento. Dessa forma, as ruas carregam a segregação social, ou seja, indicam a hierarquia social por meio de uma hierarquia espacial definida nas formas de uso. Por fim, a rua ainda conserva o sentido do encontro. Nas áreas verdes da metrópole, aos finais de semana, é possível as crianças brincarem em determinados lugares da cidade. As praças junto dos parques são usadas nesse sentido, possibilitando o encontro.

Deste modo, a rua, ao passo que mantém o nível de entendimento do cotidiano e da espacialidade das relações sociais, se coloca na perspectiva da instituição da sociedade urbana no movimento interno pautado na prática social, uma vez que revela o vivido. Nas palavras de Carlos (2007a, p. 54), a rua “se abre enquanto palco e espetáculo em que se transformou o cotidiano hoje no mundo moderno, abrindo uma infinidade de perspectivas para análise e entendimento da sociedade urbana”. Na rua, as estratégias de sobrevivência e o comportamento das pessoas configuram a metrópole. Os indivíduos se movem pelas ruas lotadas de gente, com a solidão à volta, o compasso da vida rotineira é definido pelas táticas de reprodução das relações sociais: seja pela compra, pela venda e a especulação no espaço.

Diante dos cenários, expostos anteriormente, a rua pode ser tomada como local de passagem, de lazer, de manifestação popular, de expressão artístico/cultural, de violência, de abandono ou de trabalho. Portanto, seu movimento de construção e reconstrução é feito de forma plural e complexa. João do Rio (1881-1921), pseudônimo de Paulo Barreto, questiona

a definição de rua nos dicionários: “espaço entre as casas e as povoações por onde se passa e passeia” (Rio, 2007, p. 25). E, diante disso, propôs sua definição de rua:

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fato dar vida das cidades, a rua tem alma!

Em Benarres ou em Amsterdã, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo seu auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte [...] A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela. A rua é transformadora das línguas (Rio, 2007, p. 26).

Portanto, os locais públicos, de modo geral, e as ruas, em particular, passam a ser objeto de investigação sob diversas abordagens. Não se trata de romantizar a rua, mas sim compreendê-la como um espaço de conflitos. Em sociedades cada vez mais complexas, a rua tem sido apreendida como um espaço de socialização, ao mesmo tempo em que se transforma em local de trabalho para os trabalhadores/as de aplicativos. A rua se configura de forma peculiar e distinta com relação a outros postos de trabalho, como a indústria, o comércio e outros. Um dos aspectos que desperta atenção é a inexistência de uma estrutura física, tal como uma linha de produção, um escritório ou uma loja; mas também a falta de contato direto com colegas de trabalho e/ou superiores, na perspectiva dos trabalhadores/as de aplicativos, uma atividade predominante individual e a comunicação é reduzida para atendimentos com robôs seja qual for a demanda; e, ainda, à impossibilidade de acesso a banheiro, área de descanso ou refeitório ao longo da jornada de trabalho.

A tecnologia, difundida como promessa de uma vida com tempo mais livre e em casa, para muitos é entendida como oportunidade de se livrar do controle imposto pelas relações de trabalho clássicas e, por fim, se tornar patrão de si-próprio. Apresenta-se como um cenário de novas possibilidades criativas em um mundo cada vez mais desumanizado, entretanto, o que

potencializa milhares de homens e mulheres, a aderir ao trabalho mediado por tecnologias digitais, hiperflexibilizado, disfarçado de “autônomo” é a necessidade de sobreviver (Praun, 2020). Sendo a sobrevivência motivação primordial para os trabalhadores recorrerem ao trabalho de entrega por aplicativo, sua permanência é frequentemente ameaçada, no dia a dia do trabalho, pela violência urbana, pelos estigmas, pelos acidentes, pela desproteção, pelo adoecimento físico e mental.

## **Percurso Metodológico**

Nessa sessão, situamos os percursos metodológicos realizados, fundamentando a escolha pela pesquisa qualitativa, o uso das entrevistas não diretivas, a construção dos dados junto aos trabalhadores e a técnica utilizada na análise desses dados. Expomos como ocorreu a aproximação com o campo de investigação, possibilitando o contato inicial com os nossos interlocutores.

### **Abordagem metodológica adotada**

O presente trabalho se trata de uma abordagem qualitativa e a escolha por essa perspectiva se deu pela pertinência em alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Para Montero (2006), a pesquisa qualitativa parte de situações específicas da vida cotidiana. Portanto, as hipóteses que vão se formulando e construindo a teoria, que surge dos dados construídos. Nessa perspectiva, a investigação qualitativa atende a uma condição de uma psicologia que se propõe a contribuir com a transformação social: se apegar à realidade. Refere-se a um modelo de investigação que admite a flexibilidade de investigação, valoriza a multiplicidade de elementos que configuram o todo e a interação entre pesquisadores e participantes, a compreensão e o sentido dos fenômenos estão dentro do marco de referência dos participantes, sendo entendido como algo plural, sempre aberto. A escolha pela pesquisa qualitativa teve como característica fundamental a relação entre sujeito pesquisador e sujeito participante, e, embora permeada por relações de poder, concebe momentos de construção e possibilidades de diálogo em que o participante é detentor de um ponto de vista, interpretações que são evidenciadas (Silva et al., 2017).

O método de história de vida está inserido nas metodologias qualitativas biográficas. Considerados como uma das principais abordagens qualitativas de investigação social, os métodos biográficos descrevem, analisam e interpretam os fatos da vida de uma pessoa, para compreender tanto sua singularidade ou como parte de um grupo (Mallimace & Beliveau,

2006). Elas se caracterizam por um compromisso no processo de lembrar a história, de forma que a vida do sujeito vai sendo revisitada. A memória é presente na existência dos sujeitos e sujeitas, o seu resgate envolve uma atitude cuidadosa e ética (Silva et al., 2017). Além do mais, o discurso biográfico, campo de origem da história de vida, tem acesso ímpar para elementos da história coletiva, a partir da conexão com componentes na ordem dos jogos de poder, da linguagem, do imaginário e da subjetividade (Nogueira et al., 2017).

Para Mallimace e Beliveau (2006), a história de vida se trata de estudo sobre os fatos da vida de um indivíduo ou família, centrando a análise sobre a experiência de longo prazo, contada ao investigador ou formada por documentos e outros registros relevantes. Ainda que o método de história de vida seja utilizado para investigação sobre um sujeito e sua história particular, sua abrangência é mais ampla, não se resumindo na esfera individual, pois abrange problemáticas e temas sociais, pois a narrativa de uma vida implica em desvelar formas de socialização nas quais esteja inserida, seja a família, o trabalho, grupos sociais ou instituições que fazem parte da experiência de vida dos sujeitos.

Refletir a trajetória de vida de um sujeito é considerar inúmeros aspectos na articulação de sua constituição, portanto, estabelecer recortes se torna necessário para prosseguir com a análise. Os recortes podem surgir de perspectivas observadas na narrativa, ou serem estabelecidas de antemão pelo pesquisador. Neste último caso, o pesquisador privilegia dentro da narrativa contada um desenho para o estudo, em nosso dissertar, a ênfase recai sobre a esfera laboral dos/as trabalhadores/as de aplicativos. A história de vida laboral possibilita analisar como acontecem as atividades, os conflitos que atravessam ou atravessaram, os impedimentos, as resistências, sofrimentos, prazeres, os vínculos sociais e seus impedimentos em situações do labor (Pinto et al., 2015).

O método da história de vida corresponde no processo de escuta, através de entrevistas não diretivas, gravadas ou não, sobre o relato da história de vida de outras

peessoas. Portanto, utilizamos dessa ferramenta orientada por eixos guia (Mallimace e Beliveau, 2006) como estratégia para alcançar os objetivos propostos por este estudo, posto que os relatos narram a história de trabalhadores, auxiliando na compreensão da relação entre os trabalhadores de aplicativos e a apropriação socioespacial da rua enquanto local de trabalho.

Os dados construídos nas entrevistas foram tratados pela Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin (2016), baseadas nas proposições teóricas e no posicionamento ético-político da Psicologia Social do Trabalho (PST), ou seja, se trata de uma psicologia que considera o trabalho em suas múltiplas formas, contendo, por exemplo, o trabalho na rua pelos aplicativos. Na PST, se assume que toda pesquisa é, em parte, intervenção, tal como toda intervenção, em parte, é pesquisa. Visto que os problemas reais vividos pelos trabalhadores no dia a dia são o ponto de partida para a pesquisa, o processo investigativo possibilitará, direta ou indiretamente, levar à reflexão e à possível criação de formas de enfrentamento e resistência (Ribeiro et al., 2017).

De acordo com Bardin (2016, p. 37), a “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações”. Portanto, não se configura apenas como um instrumento, mas de um conjunto de ferramentas marcada por uma diversidade de formas e aplicável a diversos tipos de comunicação. A análise do conteúdo foi dividida em três fases, conforme Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação. Existem várias modalidades de Análise de Conteúdo, a técnica escolhida para análise dos dados construídos em campo é a Análise Temática ou Categorical.

Na primeira etapa, referente à Análise Temática, os dados foram submetidos a uma leitura flutuante, que consiste no primeiro contato com os documentos para estabelecer uma proximidade com o material escolhido para formulação das hipóteses e objetivos que orientaram a interpretação (Bardin, 2016). Foram selecionados excertos das entrevistas e

citações que manifestavam relações com a temática desenvolvida teoricamente. Para tal, foi respeitado às regras de exaustividade (quando se esgota a totalidade da comunicação, não omitindo nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados se referem ao mesmo tema, sendo obtidos por técnicas iguais por indivíduos semelhantes) e pertinência (os documentos adequados, enquanto fonte de informação, para corresponder sobre o conteúdo e objetivo da pesquisa).

Na segunda fase, ou fase de exploração do material, os dados brutos são transformados sistematicamente permitindo a representação exatas das características pertinentes ao conteúdo apresentado no texto. A terceira etapa, tratamento dos resultados – inferências e interpretação, associada ao aporte teórico da PST, o pesquisador busca tornar os dados significativos e válidos:

[...] tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (Bardin, 2016, p.131).

Portanto, sob a perspectiva que orienta as atividades de pesquisa e/ou intervenção pela ótica da PST não é possível ter uma postura aparentemente “neutra”. Toda ação é política, mesmo que seja uma pesquisa aparentemente simples, uma vez que a suposta neutralidade serve unicamente para manter o *status quo*. Sendo assim, a proposta apresentada aqui parte do entendimento que tanto pesquisador quanto os/as trabalhadores/as têm saberes e fazeres específicos a compartilhar e ambos são importantes para o processo (Ribeiro et al, 2017).

Nossa proposta foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP/UFC – Universidade Federal do Ceará / PROPESQUFC) sob o Número de Parecer 6.126.679 e CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 69385823.4.0000.5054 sob o nome “A rua como escritório dos entregadores de aplicativos”, mas como a pesquisa se mostra dinâmica e por se tratar de uma ocupação em constante

transformação, o título foi alterado para melhor contemplar a situação dos trabalhadores no espaço da rua. A priori, denominávamos nossos interlocutores como “motoentregadores de aplicativos”, porém, após a realização das entrevistas, percebemos que o termo “trabalhadores de aplicativos” seria melhor empregado, visto que reconhece a categoria laboral, além de marcar a diferença entre o serviço de entregas de lanches, encomendas e o transporte de pessoas.

### **Os participantes**

Participaram de nossa pesquisa 05 (cinco) trabalhadores de aplicativos, os quais foram chamados com nomes fictícios de Coelho, Chico, Fabrício, Gil e José. A decisão de intitular os entrevistados com personagens da obra satírica “*O Alienista*” de Machado de Assis não foi por acaso. Para além de preservar a identidade dos participantes, a fina ironia machadiana critica diversos aspectos da sociedade da época, abordando temas que continuam relevantes na discussão sobre ética, poder e conhecimento científico. Alguns dos personagens que contribuem para a riqueza da narrativa em “*O Alienista*” foram escolhidos para nomear os sujeitos tão importantes para a trama dessa investigação.

Nossos interlocutores atenderam aos critérios de inclusão: homens e/ou mulheres que trabalham por aplicativo de entrega/transporte, atuando na cidade de Juazeiro do Norte (CE), por pelo menos 1 ano, ter mais de 18 anos e sinalizar interesse em participar da pesquisa. Os trabalhadores foram abordados em pleno exercício do labor, durante as observações de campo, em conversas informais o convite para participar da pesquisa era feito. As conversas informais ao longo das observações possibilitaram não somente proximidade e vinculação com os trabalhadores, mas também a verificação dos critérios de inclusão antes da etapa das entrevistas.

Constatou-se um intervalo de idade de 21 a 31 anos. A renda média mensal dos cinco participantes do estudo foi de R\$ 1.650. Todos eram homens e apenas dois eram casados.

Todos residiam em bairros da periferia de Juazeiro do Norte e eram não brancos (pretos ou pardos). Quatro concluíram o ensino médio, dois chegaram a cursar o ensino superior, mas tiveram que trancar para trabalhar. Coelho, um jovem de 21 anos, finalizou os estudos e viu a necessidade de arranjar um emprego para ajudar em casa, fez inscrição em vários aplicativos de entregas. Compartilhou que seu sonho é deixar os aplicativos e encontrar um trabalho de carteira assinada, que tenha férias e décimo terceiro salário aos moldes da CLT. Chico é um homem de 30 anos, largou os estudos para trabalhar após a morte do pai, teve que trancar o curso de administração pois não conseguia conciliar as duas coisas. Tentou voltar a estudar em 2020, mas com a pandemia, ficou desempregado e começou a trabalhar por aplicativo. Fabrício é um jovem adulto de 27 anos, compartilhou que trabalhava como estoquista numa rede de supermercados, porém, optou por trabalhar com os aplicativos de entregas depois de uma série de estudos que fez para deixar o trabalho e focar somente nos aplicativos. Gil, aos 24 anos, terminou o ensino médio há alguns anos, mas, apesar de seus esforços, não conseguiu encontrar um emprego estável. Um amigo (outro entregador) sugeriu para ele experimentar o trabalho como entregador de aplicativo de entrega. Gil conta que no começo foi difícil, as longas horas de trabalho, o trânsito caótico, a insegurança em alguns locais quase o fez desistir. José é um homem de 31 anos, trabalha desde os 12 anos, sua primeira ocupação foi entregando panfletos no semáforo em Juazeiro do Norte. Com 15 anos foi ajudante de pedreiro, ao atingir a maioridade foi trabalhar na indústria calçadista em um contrato de trabalho temporário, após o fim dessa atividade, se mudou para São Paulo e lá começou a fazer entregas de motos para uma pizzaria. Voltou para o Cariri, trabalha exclusivamente com entregas via aplicativo desde então.

Com relação aos dados sobre trabalho, os nossos entrevistados trabalham de forma simultânea para as empresas-plataforma: iFood, Uber Moto, 99, Bee Delivey e Maxim. A média de horas de trabalho dos participantes é de 12 horas diárias. Todos trabalham

exclusivamente por/no aplicativo. Em relação às atividades anteriores, exerceram trabalhos (ou bicos) como: servente, atendente de telemarketing, entregador de gás e água, estoquista, garçom, mototáxi, vendedor ambulante.

O encontro inicial com os trabalhadores aconteceu no estacionamento de um supermercado, local utilizado como base, em virtude de sua localização privilegiada próxima ao *shopping* e de um restaurante de uma rede de *fast food*, o que acarreta alto número de pedidos. A escolha dos interlocutores aconteceu em cadeia ou por redes (“bola de neve”), segundo Sampieri et. al (2013), os participantes-chave são identificados e adicionados à amostra pela indicação de outro participante, com objetivo de proporcionar a ampliação da temática, uma vez contatados, são incluídos na pesquisa. Optamos por horários com menos demanda, no período da tarde, a fim de não prejudicar os trabalhadores em sua atividade laboral. Após esse momento, o contato para o agendamento das entrevistas aconteceu por WhatsApp, e o local e horário escolhido pelos participantes foi o mesmo da abordagem inicial. Posterior ao contato inicial e marcação da entrevista, 02 (dois) entregadores se recusaram a participar da pesquisa. Observando os princípios éticos e o critério de demonstrar interesse em participar, foi respeitada a decisão e ambos foram removidos sem nenhum prejuízo.

As entrevistas aconteceram entre o final de agosto e início de setembro de 2023 com os 05 (cinco) trabalhadores por aplicativo das empresas-plataforma: Uber Moto, iFood, 99App, Bee Delivery e Maxim. Todas as entrevistas não diretivas iniciaram após leitura, explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível em apêndice nesta dissertação. Cada participante recebeu uma via do documento. Sob o consentimento dos trabalhadores, as entrevistas foram gravadas em áudio, com duração média de 40 a 50 minutos. As falas foram transcritas na íntegra, pelo pesquisador, permitindo

rememorar a dinâmica, as pausas, os sentimentos evocados, as nuances próprias do ato de contar uma história.

### **O trabalho como ele é: trabalhadores uberizados em ação.**

Com relação aos dados sobre trabalho, os nossos entrevistados trabalham de forma simultânea para as empresas-plataforma: iFood, Uber Moto, 99, Bee Delivey e Maxim. A média de horas de trabalho dos participantes é de 12 horas diárias. Constatou-se um intervalo de idade de 21 a 41 anos, todos eram homens, residentes em bairros periféricos de Juazeiro do Norte (CE). Todos trabalham exclusivamente por/no aplicativo. Em relação às atividades anteriores, exerceram trabalhos (ou bicos) como: servente, atendente de telemarketing, entregador de gás e água, estoquista e garçom.

Ainda sobre os trabalhos prévios, foi mencionada a insatisfação com a realização das atividades e a subordinação com lideranças em locais de trabalho. José relata que “A gente faz o nosso serviço sem ter patrão, prefiro não ser mandado”. Sendo essas experiências determinantes para optar por serviços de entrega e transporte de pessoas por aplicativo. A ideia de “liberdade no trabalho” propagada pelas plataformas digitais e os aplicativos através de uma psicoesfera neoliberal vem sendo efetivo. Contudo, mesmo que o patrão não tenha “nome” ou “rosto”, os algoritmos são empregados para supervisionar, controlar, motivar e disciplinar os trabalhadores silenciosamente, isto é, “o panóptico algorítmico vai além da mensuração, mas sem a supervisão física, ele depende das ilusões de controle e liberdade” (Woodcock, 2020, p. 45). A gestão algorítmica do trabalho intensifica as sensações de autonomia e independência, em virtude do chefe ser, hipoteticamente, um “sistema”, um “aplicativo” e não uma “pessoa”, em outros termos, o imaginário da neutralidade algorítmica e a objetividade atuam em conjunto com o ideário neoliberal de empreendedorismo, envolvendo a gestão de desempenho e eficácia (Grohmann, 2020b).

Um assalariado contratado de empresa não vai ter a escolha de tempo, a escolha de horário, não. Ele vai ter que cumprir o seu horário semanalmente e mensalmente. A gente não, a gente tem que cumprir também um certo tempo, semanalmente e

mensalmente, mas bem mais fácil do que essas pessoas que trabalham assalariado, carteira assinada. Eu mesmo já fui um desse, tenho as duas experiências (Fabrício).

Os aplicativos frequentemente impõem o rótulo de autônomo, sendo os trabalhadores remunerados por tarefa ou períodos mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e remuneração, o que promove consequências na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho em virtude da falta de compromisso nítido de continuidade. Segundo Filgueiras e Antunes (2020), no ciclo da lógica exploratória das grandes plataformas digitais, as corporações alegam que: (1) são empresas de tecnologia digitais; (2) fazem a intermediação de atividades em que os trabalhadores oferecem serviços de forma autônoma; (3) transformam forma de trabalho em clientes; (4) eliminam a subordinação, argumentando liberdade para trabalhar quando, onde e como quiserem. Nessa perspectiva, sobre a alcunha de autônomo:

A gente é denominado autônomo para os aplicativos só que a gente não é autônomo. A gente tá amarrado, de certa forma, com eles, né? Não amarrado com relação a CLT, carteira de trabalho ou algum tipo de contrato, mas com relação aos ganhos. Eles estipulam, colocam rédeas: se você não trabalhar naquele determinado horário, você não vai atingir aquela meta que você impôs (Chico).

O bom de você trabalhar por conta própria pelo aplicativo, o povo diz: “Ah, você é autônomo”, mas não é cem por cento autonomia. Porque você fica preso àquele aplicativo, você está preso ali a horário, se você não ligar, todos eles são assim, independente de ser Uber, 99, iFood, Bee. Eles continuam sendo os chefes, eles que mandam e a gente tem que fazer, tem que dançar conforme a música. Se não a gente não ganha no final do mês (Gil).

Entendemos que a uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada enquanto uma expressão dos modos de ser do trabalho que se ampliam nas plataformas

digitais, uma vez que as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, de forma a tomar aparência de prestação de serviços. Contudo, as particularidades integrantes de sua concretude, como veremos adiante, são expressões de formas distintas de assalariamento, contendo o ganho de lucro, exploração do mais-valor e espoliação do trabalho, na transferência de custos para trabalhadores/as, que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, fundamentais para execução de seu trabalho (Filgueiras & Antunes, 2020).

Diferente da planta produtiva taylorista e fordista predominante no século XX, na era automotiva, as empresas liofilizadas desta nova fase têm estabelecido sua tríade destruidora em relação ao trabalho, na qual flexibilidade, informalidade e intermitência se tornam elementos essenciais do léxico, dos ideais e das práticas da empresa corporativa global. Verificam-se tanto a deterioração e corrosão da legislação protetora do trabalho, quanto a imposição de uma nova legislação, permitindo formas arcaicas de exploração – como foi o caso da legislação do trabalho intermitente na contrarreforma trabalhista realizada em 2017 pelo governo Michel Temer. Ao passo que o abrangente, composto e heterogêneo conjunto de trabalhadores globais em plataformas digitais e aplicativos se tornam responsáveis por suas despesas de seguridade, gastos com manutenção de veículos e outros instrumentos de produção (que o capital define como despesas dos proprietários dos meios de produção), a plataforma digital se apropria sistematicamente do excedente produzido pelo trabalho, burlando as formas de regulamentação do trabalho existentes (Filgueiras & Antunes, 2020).

As formas assumidas pelo trabalho são expressões localizadas, mas não secundárias, de transformações mais amplas, em curso, provocadas pelo movimento do capital em buscar romper barreiras que o impedem de se expandir. Uma busca sem limites, contudo, como alto poder de destruição e capaz de destituir um vasto número de trabalhadores e suas condições de sobrevivência. Sendo assim, por um lado, os corpos submetidos ao trabalho flexibilizado,

mal remunerado, intensificado, destituído de direitos. Por outro, um contingente que já não consegue retornar ao mercado de trabalho (Praun, 2020).

Característico de trabalho no circuito inferior da economia, quanto à remuneração da atividade, houve consenso entre os entrevistados que a mesma depende exclusivamente do esforço deles e a disponibilidade para os aplicativos. Na perspectiva de José, “Dá para sobreviver, não é um salário pouco, mas também não é um salário alto demais, é um salário razoável, mas não é todo mundo que ganha.” Esta lógica ancorada sob uma meritocracia neoliberal, na permanente disponibilidade, atua na temporalidade laboral, produzindo a necessidade de criação de uma rotina exaustiva e prologando a jornada de trabalho. Ainda no seu relato, José conta: “O meu trabalho no aplicativo, por exemplo, se eu quiser trabalhar 16 horas, 15 horas, 10 horas. Quanto mais eu trabalhar, mais a expectativa de ganho”. Esse relato de José nos serve de ilustração para compreender de que forma essa psicosfera neoliberal envolveu e permeou a vida laboral desses sujeitos.

No cenário de uberização do trabalho, é nítido a concepção do sujeito que é “empresa de si mesmo” ou “empreendedor de si” – em que os trabalhadores seguem um ponto de vista que são responsáveis pela sua saúde, pelos seus horários, pelo seu trabalho. É através dessa ideologia que se acentuam não só formas de trabalho precário na contemporaneidade, como é o caso dos entregadores de aplicativos, - mediados pelas plataformas digitais, como também camuflam as contradições existentes na relação capital-trabalho (Luna & Oliveira, 2022).

Vamos dizer assim, porque aqui é um trabalho bem cansativo no caso, a maioria trabalha doze horas por dia, mas também tem seus benefícios, né? Questão de números, facilidade de horário, vamos dizer assim, a gente mesmo faz um horário e decide até que horas vai trabalhar, decide quanto vai ser a nossa diária (Fabrício).

Fica evidente, então, o quanto a ideologia do empreendedorismo é constituinte e central nos variados trabalhos uberizados. Desta forma, não passa de um discurso utilizado e

propagado por diversas empresas não apenas para individualizar, mas baratear e/ou desvalorizar a força de trabalho. O que está acontecendo no atual mundo do trabalho, são milhares de trabalhadores uberizados executando seus trabalhos desprotegidos e tidos como livres, empreendedores e autônomos, quando seguem, na prática, tendo seu trabalho subordinado e controlado pelo capital (Luna & Oliveira, 2022).

É nesse sentido que o empreendedorismo se internaliza coercitivamente, nas práticas laborais. Em um contexto social no qual as políticas neoliberais sufocam os direitos trabalhistas, sobretudo em países do Sul global, como o Brasil. As plataformas digitais, através de cálculos algorítmicos, antecipam, mensuram e impõem ritmos e cadências de trabalho, com o intuito de extrair o uso da força de trabalho como trabalho real, sem porosidades, radicalizando assim a forma de gerência sobre o trabalho existente (Abílio et al., 2021).

O discurso de liberdade e flexibilidade constitui um discurso que mascara a opressão capitalista, na realidade, a transferência deliberada de riscos aumenta o controle sobre os/as trabalhadores/as, visto que essa liberdade designa a ausência de salário garantido e o acréscimo de despesas fixas, que são convertidas em responsabilidades dos/as trabalhadores/as. Nesse sistema, se arriscar na tentativa de conquistar bonificações faz parte da rotina, a gamificação impulsiona os trabalhadores a atender prontamente às necessidades do mercado (Desgranges, 2021). Em contraste com a ideia de liberdade, as plataformas e aplicativos utilizam medidas explícitas para controlar os/as trabalhadores/as. Determinam quem pode trabalhar. Os diferentes critérios de admissão são estabelecidos por plataformas e aplicativos de acordo com os interesses e conveniências das empresas. Assim, os/as trabalhadores/as estão sujeitos à aprovação de seus cadastros na plataforma, como requisito para desempenhar suas atividades profissionais (Filgueiras & Antunes, 2020). Por exemplo,

alguns aplicativos exigem a observação “Exerce Atividade Remunerada – EAR” na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para que o cadastro seja aprovado.

Então, o Uber ele é um pouco mais burocrático de que o 99 para a liberação do cadastro. Quando eu fiz, fiz em paralelo, primeiro na Uber. Aí o Uber na época eles estavam exigindo a remunerada na carteira. Que é as letrinhas lá EAR e na época eu não tinha. Leigo sem saber o que precisava da documentação, né? Eu fiz o cadastro às cegas. Aí tudo bem, ficou pré-cadastrado, passou só a metade da parte, né? Uma parte do cadastro. Porque exigiam a EAR. Aí eu fui correr atrás da EAR. Na época que eu estava correndo para fazer o curso como eles exigem que se você tiver a carteira só A [categoria], você tem que fazer um curso para transportar pessoas. Aí eu estou na fila de espera, né? Porque já tem uma demanda muito alta para entregador (Chico).

As empresas estabelecem o que será realizado: uma entrega, um descolamento, uma tradução, uma limpeza, entre outros. Os/as trabalhadores/as não podem oferecer serviços não contemplados pelas plataformas e aplicativos. Determinam qual trabalhador realizará cada serviço e não permitem a busca de clientes. Em outras palavras, as empresas contratam (ou não) os serviços de acordo com suas conveniências. As avaliações dos clientes são apenas um dos instrumentos usados para a tomada de decisão da empresa sobre a alocação. Definem detalhadamente como as atividades serão realizadas, desde o percurso e as condições dos veículos, até mesmo o comportamento dos/as trabalhadores/as diante dos clientes. Estabelecem prazos para a execução dos serviços, tanto para entregas como para traduções, projetos e outras atividades. Impõem unilateralmente os valores a serem recebidos (Filgueiras & Antunes, 2020).

Entre as medidas utilizadas, podemos perceber que plataformas e aplicativos estabelecem as diretrizes para a comunicação entre os/as trabalhadores/as e suas respectivas gerências. Por exemplo, é proibido que os/as entregadores acessem o site *Reclame Aqui*,

redes sociais ou outros meios que não estejam especificados pelas empresas. Pressionam para que os/as trabalhadores/as sejam pontuais e não recusem os serviços solicitados. No site do iFood, caso o/a trabalhador/a rejeite 4 rotas seguidas, o aplicativo entende a não disponibilidade para realizar entregas no momento, ficando automaticamente indisponível por 15 minutos. Pressionam os/as trabalhadores/as a permanecerem disponíveis mais tempo através de incentivos. As promoções são comuns e funcionam como metas com prazos estabelecidos para os/as entregadores/as, a fim de incentivá-los a trabalhar por mais tempo. E, por fim, fazem uso da dispensa a qualquer momento sem a necessidade de justificativa, sem aviso prévio de qualquer espécie, como um instrumento de coagir e disciplinar a força de trabalho (Filgueiras & Antunes, 2020). Isso fica evidente nas entrevistas, quando entregadores relataram terem sido desligados de forma arbitrária. Sobre algumas das medidas impostas pelo aplicativo, Fabrício, mencionou:

Você está trabalhando com o aplicativo, seguindo as regras e dentro dos padrões que ele está exigindo. Mas, a partir do momento que você sair dos padrões que ele quer que você realize no seu dia a dia, você simplesmente é cortado ou deixado de lado, é assim que funciona. No aplicativo do iFood tem muitas regras, muitas coisas que a gente tem que cumprir, por exemplo, tem que ser pontual tanto na chegada ao restaurante quanto no cliente, não pode receber muitas avaliações negativas, você tem que manter a excelência do produto que você vai levar até o cliente. A responsabilidade é praticamente do entregador mesmo que o restaurante erre alguma coisa. Por isso que tem muitos protocolos que o iFood exige comparado aos aplicativos de transporte (Fabrício).

Quando questionado sobre um possível desejo de trabalhar formalmente e como seria essa experiência, José descarta essa possibilidade ao explicar que “na CLT o salário é obrigado a ser do jeito dele (empregador) e não tem a chance de aumentar quanto mais você

trabalha, ou seja, não aumenta a sua renda”. Como citado anteriormente, Fabrício relatou que teve as duas experiências, mas optou por trabalhar somente com as entregas e pediu demissão do antigo trabalho em um supermercado. A respeito da troca, ele elenca os pontos positivos e negativos do trabalho nos aplicativos para manter sua decisão.

O ponto positivo é a facilidade de horário, o salário também, né? Que dependendo de como você trabalha pode dobrar o salário-mínimo, não vão ser todos, mas alguns sim conseguem com certeza. Aí os pontos negativos: o horário que é muito puxado, muito puxado. Certo que você não vai trabalhar igual no supermercado, passar o dia trabalhando com a mesma carga horária e ainda sob supervisão de alguém. Sempre no seu pé. Aí também tem outro ponto positivo. Você mesmo que dá seu tempo livre com sua família, né? (Fabrício)

Corroborando com o argumento acima, Chico também descarta a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho formal. O processo de uberização do trabalho, para além de ampliar as formas de precarização laboral, é um forte elemento ideológico, em consonância com as narrativas aqui apresentadas, o discurso do empreendedorismo e do sucesso individual infiltra na subjetividade, nos comportamentos e valores desses sujeitos.

Eu já não tenho vontade de trabalhar fichado para ninguém. A minha vontade é de abrir meu próprio negócio, tanto que estou correndo atrás para fazer isso, juntar uma grana para abrir meu próprio negócio. Porque para trabalhar como CLT, tem vantagens e desvantagens, e, ultimamente, eu vejo que é mais vantajoso você criar seu próprio negócio. Ser empreendedor. Bem mais interessante (Chico).

O impulsionamento da uberização do trabalho se configura no Brasil como um elemento fundamental à precarização da vida. A expressão precarização da vida é utilizada aqui para designar uma série de riscos e agravos que repercutem nas múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores (segurança, saúde, lazer, educação, relações sociais etc.). Entendemos

que tais problemas acontecem, sobretudo, devido às desigualdades sociais, da expansão da desregulamentação e da continuidade da precarização do trabalho na sociedade capitalista. Considerando que na hierarquia o entregador está na ponta de baixo, em virtude de vários motivos, de ordem social e econômica (Souza & Lussi, 2023).

Aí tem deles (entregadores) que passam das doze horas, ligam às cinco da manhã e desligam meia-noite, uma hora da manhã não desligam nem para almoçar. Aí esses daí chegam a fechar duzentos, duzentos e cinquenta, mas é como a gente apelida nos grupos, né? Sem vida. Você fica praticamente sem vida. Sem vida social, familiar, sem nada, você vai rodar só para o aplicativo. Você é refém do aplicativo (Coelho).

Na dinâmica de existir a disponibilidade perpétua ao labora, condição facilitada pela ampliação do trabalho on-line e pelos aplicativos, se amplia a precariedade total que devasta o que sobrou dos direitos trabalhistas. A importância de confrontar essa racionalidade é necessária, visto que os proletários dos serviços já se encontram numa realidade perversa: de um lado o desemprego completo e, de outro, a sobrevivência através do privilégio da servidão aos aplicativos (Antunes, 2018). Para compreendermos a uberização como uma forma de reajuste espaço-temporal, é fundamental mencionar o desemprego e a indisponibilidade que a crise do valor e do emprego tem para esta reflexão (Moura et al, 2023).

As novas tecnologias e as mudanças no perfil de ocupações tornam imprecisa a separação dos locais e tempos de trabalho, descanso e lazer. Empresas de alta tecnologia, como de desenvolvimento de softwares, por exemplo, não necessitam mais a presença de seus trabalhadores em seus escritórios. O teletrabalho se dissemina rapidamente e atividades com diferentes demandas de qualificação podem ser realizadas em casa pelo trabalhador. Mesmo quando o trabalho é realizado nas dependências da empresa, as tecnologias informacionais permitem que ele continue em casa, através do chamado *home office*. A vigilância pelo computador oferece a possibilidade de verificar a eficiência do trabalho

realizado, as interrupções e o tempo gasto trabalhado. É um controle à distância, viabilizado pelas tecnologias informacionais (Lima & Martins Junior, 2018).

Nesse sentido, para pensarmos na configuração espacial da atividade de entregadores/as de aplicativos, além da ausência de uma estrutura física e da distância geográfica, utilizamos a noção de “não lugar” enquanto uma categoria para definir a rua como lugar ou não de trabalho. A respeito da distribuição de entregas, considerando a geografia da cidade, Coelho e Gil relatam:

A distribuição das entregas varia bastante. Existem dias e horários em que as demandas são mais concentradas em áreas específicas da cidade. Durante o horário de almoço, muitas entregas se concentram em regiões comerciais. À noite, as demandas se espalham mais por bairros residenciais nobres e da periferia. Sempre tento me posicionar estrategicamente para otimizar meu tempo e conseguir atender o máximo de pedidos possível (Coelho).

Na entrega de lanches, as ruas são espaço de transição. Elas não são um local fixo para mim, mas sim um meio de chegar ao destino. A rua não tem uma identidade própria para mim. O local fixo é o estacionamento perto do McDonalds (Gil).

A mobilidade é condição do trabalho dos/as entregadores/as. Na tentativa de aproximar os usuários do serviço, pretende-se otimizar o tempo do consumidor e o tempo de trabalho. Portanto, o que plataformas e aplicativos fazem é modificar as relações espaciais e temporais, na tentativa de eliminar o tempo morto. Ou seja, esse esforço de eliminar o espaço através do tempo resultará na redução do trabalho vivo, uma vez que as atividades habituais e manuais já acontecem sob gerência algorítmica.

A questão espacial é evidente desde o momento em que recebo uma solicitação. É preciso avaliar a distância entre o restaurante e o local de entrega, levando em conta coisas como trânsito e condições das vias. Às vezes, o tempo estimado de entrega

pode ser desafiador devido a fatores externos, como congestionamentos ou até mesmo dificuldades de encontrar endereços específicos (Coelho).

A sociedade contemporânea, alicerçada em termos de flexibilização e precarização, em suas relações é móvel por excelência, pois presume o movimento/deslocamento permanente de pessoas e coisas. Porém, a mobilidade do trabalho difere da mobilidade global do capital. A liberdade de circulação no espaço global é privilégio do capital e das elites. Enquanto as mudanças de empresas para outras regiões ou para outros países envolve a parcela dos trabalhadores mais bem qualificados. Os/as trabalhadores/as sem qualificação se deslocam no espaço da rua com o propósito de ganhar a vida, desviando dos carros para não atrasar as entregas.

A questão da espacialidade é algo importante. Trafegar pelas ruas da cidade, conhecer os diferentes bairros e entender a geografia dos locais de entrega são fundamentais para realizar um trabalho eficiente. Cada rua, cada bairro tem suas próprias características, e isso impacta diretamente na rapidez das entregas (Gil).

Corroborando com a narrativa acima, Coelho acrescenta acerca da espacialidade e do trabalho de entregar por aplicativo:

A geografia do local de entrega e o tempo de deslocamento influenciam diretamente na eficiência do trabalho. O iFood, por exemplo, utiliza algoritmos para otimizar as rotas, mesmo assim, o conhecimento do entregador sobre a região é importante (Coelho).

Quando se refere ao espaço da rua, refletindo sobre uma situação que vivenciou, Gil conta: “Lembro de uma entrega à noite em uma área comercial pouco movimentada. A rua estava praticamente deserta. Não tinha identidade ali. A rua é apenas um espaço de passagem, transitório”. A clareza na percepção da rua por Gil é muito interessante, uma vez que os

grandes centros comerciais não são entendidos como espaços relacionais, são áreas onde prevalece o consumo e o lazer.

A rua é apenas um caminho para chegar ao cliente. Não há uma conexão ou significado. Elas servem como rotas. Então, ao invés de me concentrar na atmosfera de uma rua específica, meu foco está na eficiência para entregar os pedidos no prazo (Gil).

A rua aparece, nesta perspectiva, como um elemento revelador a partir da experiência do trabalhador por aplicativo em Juazeiro do Norte, da rotina, das dissonâncias, dos conflitos. No panorama das ruas pode-se ler a vida cotidiana, seu ritmo, suas contradições, sua insegurança, e, sua violência (Carlos, 2007b). Sob essa perspectiva:

Teve uma vez que um cliente chegou para mim, aí me olhou e disse: “oxe, mas na foto você está tão clarinho”. Eu não revidei, dei boa noite, ela subiu na moto, mas o tempo todo quieta, sem falar nada. Quando desceu da moto, aí olhou para mim novamente e disse: “eu acho que não é você que tá na foto não”. Pagou e foi embora. (Chico)

Chico não compartilhou mais detalhes do episódio de racismo que sofreu durante uma corrida que fez, mas revela que um sentimento entre seus colegas de trabalho: o medo da violência urbana que assola nosso país, da vulnerabilidade, do estigma que os trabalhadores carregam por trabalhar na rua, pelo estado de suas motocicletas e, claro, pelo seu tom de pele.

Àqueles inseridos no contexto do sistema capitalista de produção, especialmente não brancos, periféricos e sem ensino superior, resta apenas a possibilidade de escolher entre diferentes formas de precarização às quais será submetido: seja pelas condições objetivas e subjetivas do trabalho, seja pela precarização do estatuto social associado a esse trabalho. Trata-se de uma espécie de “escolha” entre o ruim e o “menos pior” devido à necessidade de sobrevivência e na esperança de dias melhores. É necessário considerar esses trabalhadores,

embora a precarização laboral englobe trabalhadores superqualificados e com altas remunerações, historicamente, a mesma atingiu de forma mais acentuada a massa de trabalhadores marginalizados, com baixa escolaridade e pouca renda, visto que essa conjuntura fomenta a submissão à trabalhos em condições precárias.

### Considerações Finais

É chegado o momento de refletir sobre algumas considerações extraídas da nossa investigação. Chegamos ao final desse período com uma pesquisa bem diferente de seu projeto inicial. Pelo caminho alteramos nossos objetivos, focos e passamos a privilegiar a espacialidade em razão da tomada da rua enquanto lugar ou não de trabalho. Entendemos que os dados construídos de forma coletiva nessa pesquisa poderiam ser analisados sob diferentes óticas, o embasamento na PST é um recurso no direcionamento da definição das categorias de análise. Ao utilizar uma abordagem biográfica que toma aspectos da história de vida de indivíduos, centrando a análise sobre a experiência, tivemos a oportunidade de enxergar as tensões, arranjos, impasses, angústias, prazeres e ganhos subjetivos daqueles que compartilharam conosco um pouco de sua história laboral com os aplicativos de entrega e transporte por aplicativo. Acreditamos que, para a finalidade dessa dissertação, foi a escolha mais acertada e satisfatória.

Durante o período de campo, para realização das entrevistas, observando e construindo vínculos, se percebeu a maior dificuldade de nossa pesquisa. A condição de subserviência e permanente disposição ao trabalho foi um obstáculo, na medida em que a participação na investigação poderia comprometer o rendimento dos trabalhadores junto aos aplicativos.

Foi possível ainda constatar na pesquisa que a falta de suporte das empresas faz com que os trabalhadores adquiram os seus meios de trabalho, através de financiamentos de motos, acessórios, gastos com gasolina, troca de óleo, celular, internet e outros. Dessa forma, se tornam reféns da atividade, sendo obrigados a arcar com todos os riscos por tempo indeterminado. A flexibilidade, a precariedade, a intensificação da jornada de trabalho, a ausência de seguridade, o cálculo algorítmico para a remuneração são as características identificadas. Porém, uma questão sobre a permanência nessas atividades é a percepção que o

trabalho nas plataformas e aplicativos é mais lucrativo e satisfatório que as ocupações anteriores.

No que concerne ao nosso primeiro objetivo específico, analisar a reconfiguração espacial provocada pelos aplicativos e a rua como lugar ou não lugar de trabalho, realizamos uma análise visando temáticas importantes: lugar antropológico e não lugar, espaço, globalização, tecnologia e trabalho. As transformações estruturais do capitalismo trouxeram novos arranjos econômicos, políticos, sociais e culturais com providências regulatórias por um lado e desreguladoras de outro, fazendo da rua muito mais que um lugar de trânsito para esses trabalhadores.

Com relação a nosso segundo objetivo específico, que trata das características que determinam a vulnerabilidade do trabalho no circuito inferior na espacialidade da rua devido às plataformas digitais, entendemos tê-lo alcançado mediante as exposições presentes em nossas entrevistas. Através das narrativas de histórias de vida laboral conseguimos não apenas identificar as debilidades do trabalho em plataformas e aplicativos, mas colaborar no processo de conhecimento e reconhecimento, de nossos interlocutores, dos fatos, normas, padrões da uberização do trabalho. Por esse ângulo, a descrição das histórias de vida integra um momento primordial para o entendimento dos sentidos e significados para os trabalhadores e ressaltam a exposição ao trânsito e uma referência socioespacial de espaço laboral como uma de suas características mais vulneráveis.

Em nosso terceiro objetivo específico, a partir do que foi discutido teoricamente e da análise das entrevistas, acreditamos ter verificado como a ausência de uma estrutura física de trabalho afeta o labor dos/as entregadores em virtude da mobilidade espacial provocada pelos aplicativos de entrega e transporte de pessoas. A discussão sobre a dinâmica espacial do trabalho para os aplicativos, viabilizou uma compreensão sobre as repercussões deste segmento ao destruir a delimitação de um lugar de trabalho. A falta de uma estrutura física de

apoio configura a precariedade expressa no circuito inferior da economia. Sendo assim, o arranjo espacial da ocupação do entregador/a de aplicativos favorece grandes corporações do circuito superior, como a Uber e o iFood, conferindo novos aspectos por meio das plataformas digitais.

Na tentativa de priorizar a espacialidade, evidenciamos que tempo e espaço são indissociáveis. A implicação da dimensão do tempo sob o trabalho por aplicativos na dinâmica entre horário fixo e flexibilidade, parece tratar do mesmo fenômeno no que se refere à precariedade das condições laborais provocada pela temporalidade nessa ocupação. O limite imposto pelo foco no espaço em detrimento do tempo foi importante para enfatizar um dos elementos mediadores da compreensão da plataformização, na medida em que a articulação entre tempo e espaço, poderia dar mais substância ao relato dos trabalhadores, contudo isso ficará para outra pesquisa.

Em última instância, analisar a relação entre trabalhadores/as de aplicativos e a apropriação socioespacial da rua enquanto local de trabalho, considerando não apenas o aspecto objetivo das transformações exploradas, apresentadas no decorrer das sessões, mas também a dimensão psicológica a partir das experiências de nossos entrevistados. Portanto, essa pesquisa se soma a outras no esforço de construir perspectivas de contato e proximidade com esses trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte de nosso cotidiano nas ruas das metrópoles.

As dificuldades no processo foram enormes e explicitam na prática aquilo que escapa do controle no fazer pesquisa. Enfrentamos as dificuldades, alterando o foco da espacialidade para o perfil do trabalhador por aplicativo na cidade de Juazeiro do Norte, adequando também a dinâmica da vida das pessoas que trabalham por aplicativos que são convocadas ao trabalho em qualquer momento. A atividade de entrega por plataforma não é homogênea, há especificidades em cada local.

## Referências

- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R.. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26–56.  
<https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Abílio, L. C. (2020a). Uberização: A era do trabalhador just-in-time?. *Revista de Estudos Avançados*, 34(98), 111-26. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Abílio, L. C. (2020b). Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos. CEBRAP*, 9(3), 579-597.  
<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- Abílio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 1-11.  
<http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abílio, L. C. (2017). Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. *Blog da Editora Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>
- Alves, G. A. P. (2011). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da RET: Rede de Estudos do Trabalho*, 8, 1-31.  
[http://www.estudosdotrabalho.org/4\\_8%20Artigo%20ALVES.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/4_8%20Artigo%20ALVES.pdf)
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.

- Aquino, C. A. B. de. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cad. psicol. soc. trab.*, 23(1), 51-63. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- Augé, M. (2012). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus.
- Assis, M. (2016). *O Alienista*. Petrópolis.
- Barbiéri, L. F. (2023, 03 de janeiro). Marinho assume Ministério do Trabalho e defende valorizar salário mínimo e regular atividades por aplicativo. Portal G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/03/luiz-marinho-assume-ministerio-do-trabalho-do-governo-lula.ghtml>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, C. D., Magalhães, F. N. C., Miranda, G. M., Silva, H., Tonucci Filho, J. B. M., Cruz, M. de M., & Velloso, R. de C. L. (2017). Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 19(2), 251-266. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p251>
- Bernardo, M. H., Oliveira, F. de, Souza, H. A. de, & Sousa, C. C. de. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100003>
- Bernardo, M. H., Sousa, C. C., Pizón, J. H., & Sousa, H. A. (2015). A práxis da psicologia social do trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In: M. C. Coutinho, O. Furtado, & T. R. Raitz (Orgs.). *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas* (pp.16-39). Abrapso.

Bouças, R. L. de J. (2015). *No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia]. Repositório da Institucional da Universidade Federal da Bahia.

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20882>

Carlos, A. F. A. (2007a). *O lugar no/do mundo*. FFLCH.

Carlos, A. F. A. (2007b). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. FFLCH.

Carlos, A. F. A. (2015). *A condição espacial*. Contexto.

Dowbor, L. (2002). *O que acontece com o trabalho?*. Editora SENAC.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Desgranges, N. (2021). Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood. *Pensata*, 9(2).

<https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11136>

Esteves, E., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In: M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato. (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Vozes.

Fairwork. (2023). Fairwork Brazil ratings 2023: Still Pursuing Decent Work in the Platform Economy.

<https://fair.work/en/fw/publications/fairwork-brazil-ratings-2023-still-pursuing-decent-work-in-the-platform-economy/>

Filgueiras, V.; Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. (pp. 59-78).

- Grohmann, R. (2020a). Plataformização do trabalho: entre dataficação, a financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura - Eptic*, 22(1), 106-122, 2020. <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188/10214>
- Grohmann, R. (2020b). Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. (pp. 93-109).
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Cidades e Estados do Brasil. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>
- Luna, N. T. C., & Oliveira, A. S. M. (2022). Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. *Revista Katálysis*, 25(1), 73–82. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82588>
- Lefebvre, H. (2006). *La production de l'espace*. Éditions Anthropos.
- Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017. (2017). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974m 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)
- Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022. (2022). Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública

decorrente do coronavírus responsável pela covid-19. Brasília, DF.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/114297.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114297.htm)

Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102-125.

<http://dx.doi.org/10.29148/labor.v1i7.6708>

Lima, J. C., Martins Junior, A. (2018). Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. *Tempo Social*, 30(1), 31–51.

<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138076>

Mallimaci, F., & Béliveau, V. G. (2006). História de vida y métodos biográficos. In I. V. de Gialdino (Coord.). *Estrategias de investigación cualitativa* (pp. 175-209). Gedisa Editorial.

Martín-Baró, I. (2014). Psicologia Política do Trabalho na América Latina. *Revista de Psicologia Política*, 14(30), 609-624.

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Editorial Trotta.

Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Paidós.

Moura, L. R, Silva, L. H. A, & Aquino, C. A. B. (2023). É preciso estar disponível: a reconfiguração espaço-temporal da atividade de entrega subordinada mediante plataformas digitais. *Psicologia Argumento*, 41(113).

<https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.113.AO011>

Nardi, H. C. (2006). *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Editora da UFRGS.

- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-89082017000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082017000200016)
- Pinto, B. O. S., Carreiro, T. C. O. C.; Rodriguez, L. S. (2015). Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em Psicossociologia. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(5), 976-1022.  
<https://doi.org/10.25113/farol.v2i5.3129>
- Praun, L.. (2020). A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. *Trabalho, Educação E Saúde*, 18(3)  
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00297>
- Ricarte, C. de S. (2023). *Dos #brequedosapps às associações de entregadores: a percepção dos trabalhadores sobre a resistência à uberização no trabalho por aplicativos*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72838>
- Ribeiro, M. A., Oliveira, F. de., Bernardo, M. H., & Navarro, V. L. (2017). Práticas em psicologia social do trabalho: pesquisa e intervenção. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato. (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 103-126). Vozes.
- Richter, A. (2023). Zanin anula reconhecimento de vínculo para entregadores de aplicativo. Agência Brasil.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-11/zanin-anula-reconhecimento-de-vinculo-entregador-de-aplicativo>

Rio, J. A alma encantadora das ruas: crônicas. São Paulo: Martin Claret, 2007

Sá, T. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, 26(2), 209–229.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200012>

Santos, M. (2020). *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2018). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2013). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2004). *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. EDUSP.

Saramago, J. (2000). *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sato, Leny. (2010). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea* (pp. 41-53). Conselho Federal de Psicologia.

Sato, L., Coutinho, M. C.; & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato. (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Vozes.

Sampieri, R., Collado, C., & Lucio, M. (2013). Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças.

Sennett, R. (2014). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Record.

- Souza, M. B. C. A., Lussi, I. A. O. (2023). UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, (57).  
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/60263>
- Scholz, T. (2017). *Cooperativismo de Plataforma*. Editora Elefante, Autonomia Literária & Rosa Luxemburgo.
- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2017). "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: Estudos Em Psicologia*, 1(1), 25-35.  
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>
- Silveira, M. L. (2013). Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. *Ciência Geográfica*, 17(1), 64-71.  
[https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII\\_1/agb\\_xvii1\\_versao\\_internet/agb\\_05\\_jandez2013.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf)
- Spink, P. K. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.  
[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink\\_-\\_a\\_organizacao\\_como\\_fenomeno\\_psicossocial.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink_-_a_organizacao_como_fenomeno_psicossocial.pdf)
- Sricek, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Slee, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado*. Editora Elefante.
- Tozi, F. (2022). Plataformas digitais, digitalização do espaço e uso algorítmico do território: novos conteúdos da pobreza urbana em uma era de experiências neoliberais. In S. C. da Silva, T. T. Ramos, & G. B. Rodrigues. (Orgs.). *Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo* (pp. 59-80). Editora Consequência.

- Tozi, F., Duarte, L. R., & Castanheira, G. R. (2021). Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, 25(252), 1-20.  
<https://doi.org/10.1344/ara2021.252.33968>
- Vilhena, J. D., & Novaes, J. D. V. (2018). Lugar e não-lugar no mundo virtual: Notas sobre criatividade e territórios de existência na rede. *Tempo psicanalítico*, 50(2), 143-161.
- Woodcock, J. (2020). O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. (pp. 23-45).

## Apêndices

### Apêndice A: Eixos guia para entrevista

#### **Categoria 1 – História de vida laboral**

**Temas:** Processo formativo e educacional, Trajetória profissional, Mercado de Trabalho, Planejamentos, Escolhas, Oportunidades, Funções exercidas, Empreendedorismo, Desemprego, Aplicativos de entrega, Renda, Vínculos Empregatícios.

#### **Categoria 2 – A rua**

**Temas:** Rua como local de trabalho, Violência, Custos, Dificuldades, Situações de estigmatização, Preconceito e discriminação, Estratégias.

## **Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como participante (a) a contribuir com a pesquisa intitulada: **A RUA COMO ESCRITÓRIO DOS TRABALHADORES DE APLICATIVOS**

**Objetivos da Pesquisa:** analisar a relação entre os motoentregadores de aplicativo e a apropriação da rua como lugar de trabalho. Além disso, esta pesquisa busca analisar a reconfiguração espaço-temporal provocada pelos aplicativos de entrega; verificar como a ausência de um local físico de trabalho afeta o trabalho dos motoentregadores de aplicativos; identificar as características que determinam a vulnerabilidade do trabalho precário nas plataformas digitais.

**Benefícios da Pesquisa:** Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, se espera que a partir da escuta das trajetórias laborais dos trabalhadores de aplicativos, compreender as nuances próprias dessa ocupação, as implicações da uberização do trabalho e o impacto socioespacial das ruas como um lugar ou não de trabalho, a fim de proporcionar uma problemática a respeito do trabalho plataformizado, da rua como local de trabalho e a mudança espacial das cidades.

**Riscos mínimos:** Se você se sentir constrangido(a) ou incomodado(a) em algum momento da entrevista, você será acolhido e respeitado, como também poderá decidir se quer dar continuidade à entrevista. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e não oferecem risco a sua integridade física, psíquica e moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece risco à sua dignidade.

**Gravação:** Para que não seja perdida nenhuma informação importante para a pesquisa, solicitamos, desde já, permissão para gravação em áudio. Informamos que sua identidade será mantida em sigilo e os dados utilizados serão na condição de anonimato. Assim, não será

possível identificar os participantes da pesquisa. Após conclusão da pesquisa, a gravação de áudio será destruída.

**Participação livre e voluntária:** A sua participação na pesquisa é de livre escolha e sua decisão será respeitada. Você pode optar por desistir, pedir informações e resultados do estudo a qualquer momento. A sua participação é voluntária e isenta de qualquer pagamento.

**Divulgação dos Resultados:** O presente estudo irá produzir informações para a construção de uma dissertação de mestrado para obtenção do título de Mestre em Psicologia e será apresentado para uma banca de professores e para o público interessado. Esta pesquisa também poderá produzir trabalhos científicos a ser apresentados em congressos e/ou publicados em revistas científicas. Nomes não serão citados ou quaisquer fontes que possam identificar os participantes da pesquisa.

**Esclarecimentos sobre a Pesquisa:** Você terá esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer momento que desejar, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Você receberá, também uma via deste termo.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ** – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 – Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344 (Horário de funcionamento: 08:00-12:00 de segunda a sexta-feira).

Você também poderá entrar em contato com os responsáveis da pesquisa, através dos contatos:

Mestrando responsável: Luís Henrique Alencar Silva

Orientador: Prof. Dr. Cassio Adriano Braz de Aquino

Instituição: Universidade Federal do Ceará – Departamento de Psicologia

Endereço: Av. da Universidade 2762 – Benfica – Fortaleza – CE

Telefones para contato: (85) 33667723 ou (85) 33667724

## CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, com número do RG \_\_\_\_\_ fui bem informado(a) sobre a pesquisa antes falada e estou bem esclarecido para decidir participar dela, ficando claro que minha participação é voluntária e confidencial, podendo vir a retirar este consentimento a qualquer momento sem prejuízos. Estou ciente do passo a passo da pesquisa, dos possíveis riscos psicológicos e da garantia de apoio, confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, declaro que concordo em participar de espontânea vontade desse estudo.

Juazeiro do Norte – CE \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Participante

---

Luís Henrique Alencar Silva

Pesquisador

---

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

Orientador

## Apêndice C: Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ - UFC



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A rua como escritório dos trabalhadores de aplicativos.

**Pesquisador:** LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 69385823.4.0000.5054

**Instituição Proponente:** Departamento de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.126.679

#### Apresentação do Projeto:

No horizonte dos espaços globalizados, as empresa-plataforma se apresentam como as novas hegemonias face às transformações contemporâneas no mundo do trabalho, sobretudo, diante das dramáticas reformas neoliberais intensificadas no Brasil e da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender como esse fenômeno se manifesta a partir da análise socioespacial da rua como local de trabalho dos motoentregadores/as por aplicativos atuantes no município de Juazeiro do Norte-CE, buscando refletir a renovação da exploração sobre esses trabalhadores, do circuito inferior. O termo uberização do trabalho surge para definir uma situação cada vez mais comum: as tarefas sob demanda, sem vínculo empregatício, sem quaisquer direitos. Ou seja, são retiradas garantias mínimas ao mesmo tempo em que mantém a subordinação ao aplicativo. Atualmente, são várias as empresas que promovem a uberização, é peculiar a forma como essas empresas transferem custos e riscos para uma massa de trabalhadores autônomos cada vez mais disponível ao trabalho. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza-se das entrevistas semiestruturadas para a construção de dados, o recurso escolhido para o tratamento dos dados será a História de Vida que está situada dentro do universo das pesquisas autobiográficas.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a relação entre os motoentregadores de aplicativo e a apropriação da rua como lugar de

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**CEP:** 60.430-275

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Parecer: 6.126.679

trabalho.

Objetivo Secundário:

1. Analisar a reconfiguração espacial provocada pelos aplicativos de entrega;
2. Verificar como a ausência de um local físico de trabalho afeta o trabalho dos motoentregadores de aplicativos;
3. Identificar as características que determinam a vulnerabilidade do trabalho precário nas plataformas digitais a partir do espaço da rua como local de trabalho;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O projeto indica:

Riscos:

Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; Desconforto; Vergonha; Cansaço ao responder às perguntas;

Benefícios:

Proporcionar a discussão sobre problemáticas relevantes para a sociedade;

Melhoria de produtos e serviços com remunerações e condições dignas de trabalho;

Desenvolvimento da psicologia enquanto ciência;

Contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O encaminhamento metodológico da pesquisa, assim como a análise dos riscos e benefícios, demonstram observância aos princípios éticos a serem considerados na realização de pesquisas na área. Seguem maiores especificações da metodologia:

A metodologia ancora-se na abordagem qualitativa com um estudo do tipo exploratório. Chizzotti (2003, p. 221), destaca que o estudo qualitativo "implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível". Por se tratar de uma pesquisa que se realiza com seres humanos, será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará CEP/UFC/PROPESQ seguindo as orientações da Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução n° 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
 Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275  
 UF: CE Município: FORTALEZA  
 Telefone: (85)3366-8344 E-mail: comape@ufc.br

Continuação do Parecer: 6.136.679

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória encontram-se de acordo com as exigências deste comitê.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O colegiado emite parecer favorável à execução da pesquisa.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2112748.pdf	06/04/2023 13:26:19		Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA.pdf	06/04/2023 13:26:04	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO.pdf	06/04/2023 13:24:53	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	03/04/2023 15:32:55	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/04/2023 14:38:55	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	31/03/2023 15:03:02	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_luisherrique.pdf	30/03/2023 18:20:06	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	30/03/2023 09:42:25	LUIS HENRIQUE ALENCAR SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
 Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-275  
 UF: CE Município: FORTALEZA  
 Telefone: (85)3366-8344 E-mail: comape@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ - UFC



Continuação do Processo: 4.126.678

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 19 de Junho de 2023.

---

Assinado por:

**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

CEP: 60.430-275

E-mail: [conep@ufc.br](mailto:conep@ufc.br)